



ELQ

PORTE
PAGO

**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XV - N.º 179

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Julho — 1989 — 60\$00

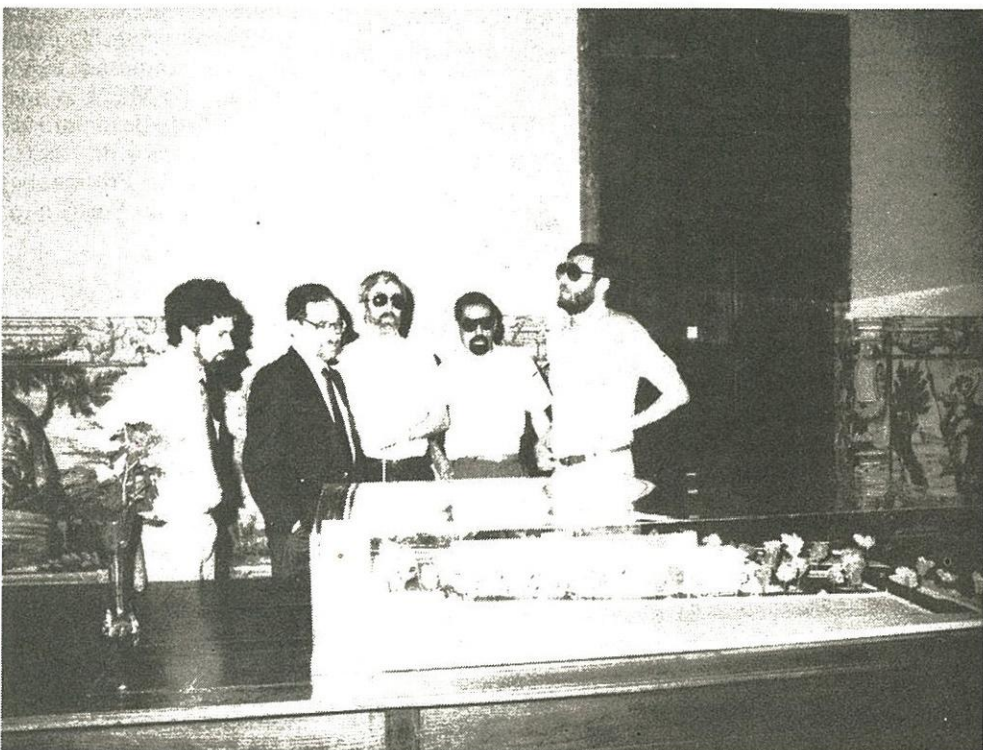


ELEIÇÕES NA ADFA

— «Participando»,
sócios votam no
projecto da
mudança, para
«construir o futuro»

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

— ADFA reivindica medidas do Estado e dos
empregadores para integração dos
formandos



NOVA SEDE

— Arranca campanha de angariação de
fundos: «Títulos de Contribuição», na Sede,
Delegações e Núcleos, a partir de Setembro
— Obras poderão começar já em Agosto

ASSISTÊNCIA MÉDICA MILITAR

- Vice-CEMGFA interessa-se pessoalmente na resolução dos problemas

CONFERÊNCIA DE LISBOA

— Depois da Guiné-Bissau, também o «sim» de Angola

PENSÕES

— Actualização e retroactivos pagos em Agosto

SEDE — ÚLTIMA HORA

Câmara Municipal de Lisboa, em reunião de
24 de Julho aprova cedência de terreno à
ADFA, em «direito de superfície».

VER ÚLTIMA PÁGINA



Publicado em 1 de Julho, no Diário da República, o Decreto-Lei n.º 215/89, do Ministério das Finanças, também chamado «Estatuto dos Benefícios Fiscais», vamos transcrevê-lo no que diz respeito aos deficientes:

«Artigo 44.º Deficientes»

1 — Ficam isentos de tributação em IRS 50% dos rendimentos das categorias A e B do cônjuge casado e não separado judicialmente de pessoas e bens, quando deficiente, ou do sujeito passivo deficiente, quando solteiro, viúvo, divorciado ou separado judicialmente de pessoas e bens, ou, no caso de casado e separado de facto, quando exerça a opção prevista no n.º 2 do artigo 59.º do Código do IRS.

2 — Para apuramento do rendimento colectável em IRS, abater-se-á, nos termos do artigo 55.º do respectivo Código, a totalidade das despesas efectuadas com a educação e reabilitação do sujeito passivo ou dependentes deficientes, bem como a totalidade dos prémios de seguros em que aquele figure como primeiro beneficiário, sem prejuízo da aplicação dos limites estabelecidos nos n.ºs 2 e 3 do referido artigo às restantes despesas aí mencionadas.

3 — Às contas cujos titulares sejam deficientes é aplicável o regime fiscal da «conta poupança-reformado».

4 — Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se deficiente aquele que apresente um grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, igual ou superior a 60%.

Esclarece-se que o «Código do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares» (IRS), introduzido pelo Dec.-Lei 442-A/88 daquele mesmo Ministério, diz

o seguinte no seu Capítulo I, Secção I, Artigo 1.º:

«Base do Imposto
1 — O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) incide sobre o valor anual dos rendimentos das categorias seguintes, depois de efectuadas as correspondentes deduções e abatimentos:

Categoria A — Rendimentos do trabalho dependente;

Categoria B — Rendimentos do trabalho independente;

...

Comentário:

Embora o legislado aproveite directamente às duas categorias consideradas, A e B, há que ter em conta que é diverso o critério na forma de retenção:

— em relação a «trabalho dependente» (cat. A), a partir de Julho este benefício poderá ser evidenciado na retenção pela entidade pagadora, tal como já vinha sendo feito relativamente ao aumento de 50% das deduções para rendimentos de trabalho;

— em relação a «B», as entidades pagadoras não têm que fazer qualquer alteração à retenção de 16% que vinham praticando, já que os contribuintes, tal como se processava com o Imposto Profissional, só beneficiarão de tais descontos quando da entrega da respectiva declaração de rendimento, no ano seguinte aquele a que dizem respeito.

Para terminar, por hoje, a referência ao Diário da República, vamos transcrever, do texto da segunda revisão da Constituição, publicado em 8 de Julho passado, o seu art.º 71.º, após o que teceremos algumas considerações que julgamos oportunas:

(Deficientes)

1. Os cidadãos física ou mentalmente deficientes gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.

2. O Estado obriga-se a realizar uma política na-

cional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos deficientes, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos; sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.

3. O Estado apoia as associações de deficientes.

E a observação que queremos fazer, é sobre a introdução, na lei fundamental do estado», deste n.º 3, que reescrevemos: «O Estado apoia as associações de deficientes».

É porquê esta chamada de atenção?

Transcrevamos as «Conclusões» do Congresso da ADFA (15/17 de Maio de 1981!), no seu ponto M — 1: «... foi aprovado o seguinte:

«INTRODUÇÃO NO ART.º 71 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, DE UM PONTO A RECONHECER A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO DE DEFICIENTES, obrigando-se o Estado a incentivá-lo e apoiá-lo, e a definir que os deficientes deverão, através das suas organizações representativas, participar como elementos de pleno direito, nos órgãos de planificação e coordenação de reabilitação, bem como em grupo de trabalho e comissões especializadas».

Se bem que as preten-

sões da Associação e dos seus Congressistas não tenham sido completamente satisfeitas, o que é facto, embora 8 anos seja muito, é que a reivindicação básica foi atendida, estando praticamente consignados no Plano Nacional de Reabilitação (que, devagar, ELO tem vindo a apresentar), muitos dos aspectos considerados não só em M — 1; como em algumas outras propostas, nomeadamente no seu Código 7 — «Participação das organizações de/para pessoas com deficiência nas decisões e políticas de reabilitação» —, o qual se subdivide nos seguintes quatro Programas:

7.1 — Apoios a uma participação efectiva das organizações de/para pessoas com deficiência;

7.2 — Apoios financeiros por parte do Estado às organizações de/para pessoas com deficiência;

7.3 — Formação dos corpos directivos das organizações de/para pessoas com deficiência no domínio da organização e gestão financeira;

7.4 — Informação e sensibilização sobre as organizações de/para pessoas com deficiência», prevendo-se, em 7.2.3. «Garantia de uma verba do Orçamento de Estado afectada ao SNR para atribuição de subsídios estáveis e permanentes».

De qualquer maneira, ressalve-se, estamos muito longe do pretendido e do necessário.

COMPARTICIPAÇÃO DE ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS BENEFICIÁRIOS DAS ADMs

Informação

Em conformidade com o publicado na Portaria 325/04MAI89, do Ministério da Saúde, e posteriormente adaptado aos beneficiários das ADMs, o quantitativo limite de comparticipação nas modalidades de consulta e visita domiciliária passa a ser de 1500\$00, a partir de 04MAI89.



LIGA DOS COMBATENTES

No dia 2 de Julho, em representação da Direcção Central, o seu tesoureiro associado Orlando Correia, participou, a convite da Liga dos Combatentes, numa romagem ao cemitério de Pataias, Alcobaça, cerimónia a que presidiu o general Altino de Magalhães, presidente da Liga dos Combatentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

Conforme «Elo» noticiou em Maio último, o nosso sócio e vice-presidente da DC, Armando Guedes da Fonte, foi nomeado presidente da Comissão permanente para a Pessoa Deficiente do Conselho de Cascais, comissão essa que tomou posse no início deste mês.

Projecto formulado perante a realidade analisada durante o encontro de instituições concelhias ligadas à problemática dos deficientes e realizada em 1988 no âmbito do Dia Nacional do Deficiente, esta comissão, organizada em diversos grupos de trabalho, é um órgão de carácter consultivo, tendo já, entre outros projectos pontuais definidos a curto prazo, prevista a elaboração de uma proposta concreta sobre barreiras arquitectónicas.

Ao nosso associado Guedes da Fonte, deseja a equipa de «Elo» um excelente e produtivo trabalho.

HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL

No dia 6 de Julho deslocou-se ao HMP, para um contacto com o respectivo director, brigadeiro médico Carrilho Ribeiro, uma delegação da DC composta pelos presidentes, José Arruda, 2.º secretário, Armando Alves e tesoureiro, Orlando Correia, acompanhados ainda do associado major Silvério, a fim de expor os problemas e dificuldades que continuam a existir na consulta de fisioterapia, nomeadamente quanto à morosidade da adjudicação de próteses e ortóteses.

Estando já em fase de pré-instalação o «Gabinete do utente da ADFA», de que fará parte o major Silvério, o director do HMP tomou, imediatamente, em consideração as informações que lhe foram levadas pela

ADFA, tendo providenciado no sentido de, enquanto aquele serviço não estiver definitivamente montado, serem colmatadas as anomalias verificadas.

ANACED

No dia 6 de Julho realizou-se na Liga dos Deficientes Motores um colóquio subordinado ao tema «Novas tecnologias e Criatividade», pelo prof. David Rodrigues, ao qual assistiu o presidente da DC, José Arruda, acompanhado pela dr.ª Paula Frazão, psicóloga da sede.

Em artigos próprios, noutra página deste jornal, se dá conta desse evento e dessas novas tecnologias.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Nos dias 6 e 7 de Julho o Ministério da Educação Nacional, através da «comissão para a promoção dos direitos humanos e igualdade na educação», levou a efeito uma conferência/debate subordinada ao tema «Os Direitos do Homem: uma educação cívica e moral para o nosso tempo?», título, aliás, que é o mesmo da obra do prof. Jacques-A. Tschoumy, a qual foi lançada nesta ocasião, com a presença, e conferência, do próprio autor.

Pela ADFA esteve presente o responsável pelo Departamento de Assuntos Sociais e Culturais, Eduardo Cascada, sendo de assinalar que faz parte daquela comissão especializada do MEN, o nosso associado Jerónimo de Sousa (director do Centro de Formação Profissional da ADFA, no Porto).

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

No dia 11 de Julho decorreu no Centro de Estudos Judiciários, do Ministério da justiça (Limoeiro), uma sessão de sensibilização para a magistratura, sobre «A Justiça e as pessoas com deficiência», a que assistiram o presidente da DC, José Arruda, o responsável pelo GOS, Lopes Dias, o responsável pelo Departamento de Apoio Jurídico e Administrativo aos sócios, Francisco Marcelino e a psicóloga do Departamento de Formação Profissional, M.ª Cecília Pires.

Iniciados os trabalhos com intervenções do secretário de Estado Ad-



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 7500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:

José Manuel Sande, Luísa Rodrigues, Armindo Roque e Eduardo Cascada.

Colaboração eventual e correspondentes:

José Maia (Coimbra), Teixeira Gil (Évora), Pereira de Medeiros (Ponta Delgada), Abel Fortuna (Porto) e Figueiredo de Sá (Viseu).

EDITORIAL

♦ junto da Justiça do Director do Centro, seguiu-se a projecção de um filme da «Comissão canadiana de reabilitação para os deficientes», o qual foi comentada pelo Secretário Nacional de Reabilitação.

Na segunda parte da sessão foram oradores o dr. Fouto Pólvora, SNR, que falou sobre «A deficiência e a Sociedade», a dr.ª Maria de Lurdes Machado Faria, directora dos Serviços de Reabilitação, que falou sobre «A reabilitação em Portugal e na Comunidade Europeia» e a dr.ª Maria Fernanda Farinha, representante do Min. da Justiça no Conselho Nacional de Reabilitação, que tratou o tema «Responsabilidades do sistema de justiça face à pessoa com deficiência».

Após estas intervenções, seguiu-se um debate, em que participaram vários dos presentes, nomeadamente o presidente da DC/ADFA e os representantes da APD e Associação de Surdos, entre outros, com respostas e esclarecimentos da mesa, tendo-se focado vários assuntos, designadamente a limitação de poderes e acção do SNR, o Cartão Nacional de Deficiente e a falta de estruturas regionais, principalmente nas zonas interiores, o que leva a serem irreais, por dificuldades burocráticas, de transporte e outras, as regalias concedidas ao portador de deficiência.

Encerrou a sessão o director do CEJ/MJ, dr. Laborinho Lúcio, o qual em notável improviso, disse, como ele próprio diria, mais em mensagem para si próprio e para a magistratura do que para os deficientes, na necessidade de repensar a «deficiência» e de mais do que com discursos, acompanhar esse acto de actualizações concretas, transformando-o apenas em «amor entre pessoas, porque são pessoas e não porque são deficientes».

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

No dia 13 de Julho, deslocaram-se à sede da ADFA, a dr.ª Maria Rosa Sampaio, do Gabinete da Presidência da CML e o dr. Ilídio Dinis, técnico da Direcção dos Serviços de Urbanização da mesma Câmara, os quais vieram tratar, com a Direcção Central, de assuntos relacionados com a nova sede nacional.

Em outro local deste «Elo» se dá conta mais pormenorizada desta visita.

PRIMEIRA PÁGINA/RTP-2

Em 13 de Julho, o programa «Primeira Página»,

da RTP-2, conduzido pelo jornalista Miguel Sousa Tavares, foi dedicado à problemática do deficiente.

Após uma 1.ª parte em que apresentou vários aspectos do assunto a tratar, através da «visão» de casos plenos de reintegração, nomeadamente o de um sócio da ADFA que é chefe de departamento de uma Câmara Municipal, entrou-se na 2.ª parte, na qual o apresentador e os seus quatro convidados — a directora clínica do Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian, a esposa de um deficiente motor, o secretário nacional de Reabilitação e o presidente da Direcção Central da ADFA —, abordaram o problema sobre diversos ângulos, humanos e técnicos.

Fazendo uma análise ampla da «deficiência» e dos «deficientes», para além do campo puramente militar, José Arruda emprestou o maior interesse ao debate, ao desenvolver a teoria, tantas vezes apresentada e defendida pela ADFA, de que a actual estrutura do Secretariado Nacional de Reabilitação, e os poderes respectivos, já não conseguem responder ao trabalho e à responsabilidade que lhe são exigidos, havendo que, urgentemente, redimensionar este órgão quer pela sua subordinação directa à Presidência do Conselho de Ministros e/ou quer pela sua transformação em Secretaria de Estado.

FMAC

Estando prevista ainda para este ano a visita a Moçambique do secretário-geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra — FMAC, o mesmo mostrou o maior interesse em se fazer acompanhar por elementos da Direcção Central da ADFA, esperando-se a todo o momento mais informações sobre a visita, a fim de se decidir conforme.

Recorde-se que «Elo» já em Abril se havia referido a esta hipótese, o que, a vir a concretizar-se seria mais uma garantia para o bom êxito da conferência planeada para 1990, em Lisboa.

FEDERAÇÃO DE CEGOS DE GUERRA ALEMÃES

Realizando-se em Dortmund/RFA, de 24 a 28 de Setembro próximo, a 14.ª Convenção Nacional da BKD, foi decidido que a ADFA será representada oficialmente, indo ser nomeados, em breve, os nossos delegados.

MAIS UMA PÁGINA SE VIROU SOBRE A NOSSA CONVIVÊNCIA ASSOCIATIVA.

Cada mandato dos órgãos sociais da ADFA, com o conjunto dos seus êxitos e dos seus objectivos não conseguidos, constitui sempre um facto positivo e matéria para profunda reflexão, dado que espelham com fidedignidade, os passos históricos da nossa associação nos seus 15 anos de vida.

Ninguém questionará de que são os Órgãos Sociais, democraticamente eleitos e confiantes de interpretar correctamente os anseios dos sócios que lhes conferiram tal mandato, que reflectem e projectam para o exterior a imagem da ADFA, procurando, simultaneamente, equilibrar a sua estrutura associativa, social e económica.

No biénio que acaba de terminar, não nos cabendo agora fazer resenha de mandatos anteriores, alguns objectivos foram traçados, sem que a sua resolução tivesse surgido no seu decurso.

Algumas realizações não foram concretizadas por incapacidade de, em tal período, se fazer o seu equacionamento, planeamento e implementação; outras, por carecerem de resolução a médio ou longo prazo, transcenderam o período de 2 anos para serem levadas a bom termo; outras ainda, designadamente as de carácter legislativo, por dependerem de resoluções exteriores ao âmbito e competência da nossa Associação.

Assim, se ainda não foi possível readaptar o sistema económico-financeiro da

nossa Associação e reestruturar e equipar convenientemente o seu quadro laboral, a fim de que se possa adequar às exigências que o futuro próximo lhe imporá, observa-se, por outro lado, que recrudesciu a vida associativa, que se realizou com grande participação, o III Congresso, que o Conselho Nacional, em decisão histórica, assumiu a construção de uma Sede digna para a

lista a plebiscitar no acto eleitoral de 15 do corrente mês, e que se constituiu em «Lista A».

Não surgida qualquer outra candidatura, apresentou-se tal lista ao sufrágio de algo mais de um milhão de sócios, que a votaram, tendo havido cerca de 4% de votos nulos ou brancos.

Tratando-se da votação de uma lista única que, por via de regra não tem o con-

va, a revisão estatutária que enquadre correctamente a ADFA na nova sociedade portuguesa frente ao desafio europeu e ao início do século XXI, as diversas comissões a criar no campo da reabilitação, o Estatuto do Deficiente Militar, as relações internacionais, etc., obrigarão a um esforço de uma amplitude que não cabe nem pode esgotar-se no grupo de sócios eleitos para os Órgãos Sociais Centrais.

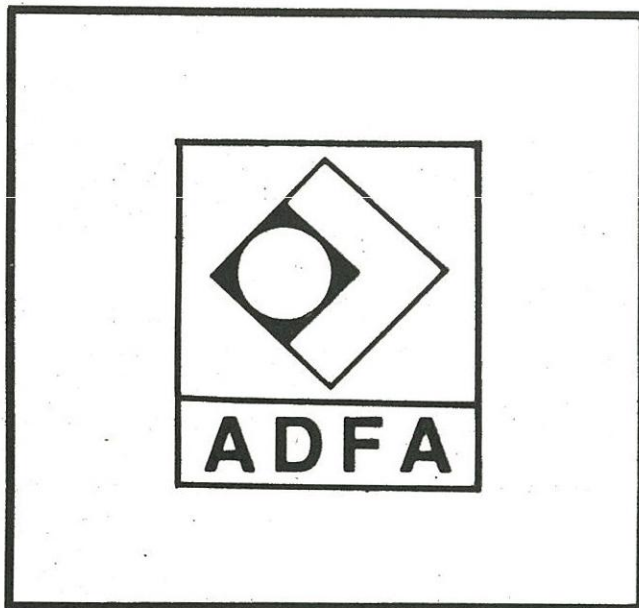
Hoje, e mais do que nunca, o grande inimigo do progresso e da evolução é o isolamento. Órgãos Sociais Centrais, Regionais e Núcleos, num entendimento perfeito entre si, enterrando o que os divide e explorando o que os une, continuidade do reforço, dignidade e competência da nossa Associação, deverão aglutinar todos os sócios num projecto inovador, interveniente dentro das estruturas associativas e fora delas, concitando para a ADFA, todos os esforços e apoios possíveis, o que lhe permitirá continuar a grangear, da sociedade, confiança e reconhecimento pelo trabalho produzido, que se deverão revelar em direitos objectivos.

A hora é, sem dúvida de avançar. Unidos e confiantes encaremos as tarefas a realizar.

O labor a levar a cabo é árduo e volumoso; o futuro da ADFA não se compadecede com pequeninas questões e com interesses tacanhos ou mesquinhos. Esta oportunidade é decisiva e há trabalho para todos.

VAMOS ARREGAÇAR AS MANGAS. MÃOS À OBRA!

A DIRECÇÃO CENTRAL



nossa Associação, tendo-se, também, avançado qualitativa e numericamente nas áreas da Formação Profissional e, por via de uma dinâmica diferente e de uma forma nova da ADFA se situar no plano nacional e internacional, foram criados créditos de grande confiança na nossa casa, quer no estrangeiro quer no plano interno, designadamente no campo das instituições militares, governamentais, autárquicas e dentro da própria área onde se trata a temática e problemática das pessoas portadoras de deficiência.

Considerado pelos Órgãos Sociais Centrais cessantes que se chegava ao termo de um mandato de viragem, onde se criaram muitas expectativas com necessidade urgente de continuidade no trabalho a desenvolver e realizar, decidiram aqueles Órgãos propôr nova

dão de aglutinar os sócios, como quando de listas alternativas se compõe o acto eleitoral e que, para mais, se realizou em período alto de férias dos associados, consideram os Órgãos Sociais Centrais eleitos não se encontrar desgastada a sua imagem perante os sócios e que o número de votantes, não sendo de expressão altamente significativa, lhes dá indicadores de uma base de apoio suficientemente ampla, incitando-os a continuar a desenvolver o trabalho produzido, acrescidas as responsabilidades.

O programa eleitoral apresentado, e hoje programa de acção, bebido que foi, na sua essência, nas Conclusões do III Congresso, aponta rumos e vectores de que não se podem alhear os sócios da ADFA.

O revigorar de toda a vida associati-

AVISOS... talvez de interesse

— Solicita-nos a Associação de Cegos Luís Braille que informemos que por motivo de obras, o «Departamento de materiais de e para cegos», que funcionava na Rua de S. José n.º 74, ficará instalado, durante alguns meses, no n.º 86 da mesma rua, com os telefones 325542, 322001, extensão 229.

— Logo que restabelecido o normal funcionamento daquele serviço, será dado conhecimento.

— Pede-nos, também a Europcar International que informemos os nossos leitores que indo proceder à venda da sua frota de viaturas usadas, pretende oferecer preços excepcionais aos sócios da ADFA.

Qualquer possível interessado deverá entrar em contacto com Maximino Riscado, através dos telefones 53515/6/7/8/9 da rede de Lisboa.

— Finalmente, e os últimos são os primeiros, a Clínica do Homem, em sequência de contactos já anteriormente estabelecidos, oferece aos sócios da ADFA descontos sobre os seus serviços (urologia, ginecologia, neurologia endocrinologia e outros), que podem ir de 25 a 33 por cento sobre os preços em regime privado.

A Clínica do Homem fica na Av. dos Hospitais Cívicos de Lisboa n.º 8, Reboleira (2 700 Amadora) e tem o telefone 902820.

— Afinal, ainda outro aviso, pertinente nesta época do ano. Vai de férias? Então tome em atenção o que lhe recomenda a Polícia de Segurança Pública, para proteger a sua casa:

— **Dar sempre a impressão de que a habitação está ocupada.**

— **Os estores devem estar abertos durante o dia e corridos à noite com uma luz acesa, sempre que se ausente por algumas horas.**

— **Não deixe no quintal, em arrecadações ou varandas de fácil acesso, ferramentas ou escadas que possam facilitar a entrada.**

— **Comunique à Esquadra da PSP da área da sua residência que vai ausentar-se em determinado período.**

— **Não comunique as suas ausências ao carteiro, na padaria, a estranhos...**

— **Cancele as distribuições de jornais e outros produtos que possam indicar a sua ausência ao acumularem-se nas entradas.**

DESPESA DE SAÚDE E IRS

Tem sido colocado ao Departamento de Finanças do Estado-Maior do Exército o problema de documentação comprovativa de despesas com medicamentos, para efeito de dedução em IRS. Enquanto não estiverem estabelecidas as condições necessárias a um serviço regular, informa-se que.....

«Os utentes da ADME poderão documentar as despesas com medicamentos prescritos por receita médica, na parte em que constituam encargo do beneficiário, de acordo com os moldes estabelecidos pelo despacho do Director de Finanças do Núcleo do Imposto sobre o Rendimento, que seguidamente se transcrevem:

«As despesas de saúde relativas a medicamentos adquiridos nas Farmácias deverão, para efeito do respectivo abatimento, ser comprovadas do seguinte modo:

I — Medicamentos adquiridos mediante receita médica:

a) Se forem compartilhados pelo SNS, ADSE, SAMS ou outra

entidade equiparada, através de fotocópia da receita médica devidamente carimbada pela farmácia, de onde deverá constar o preço especificado dos vários medicamentos.

b) Se não houver qualquer participação e portanto for o contribuinte a pagar integralmente o preço através da própria receita médica devidamente carimbada pela farmácia, de onde deverá constar o preço especificado dos vários medicamentos.

Em qualquer dos casos, as fotocópias ou os originais devem ser acompanhados de quitação.

II — Medicamentos de venda livre sem receita médica:

Mediante factura-recibo passada pela farmácia donde constem os vários medicamentos adquiridos e respectivos preços, bem como os demais elementos referidos no n.º 5 do Art.º 35.º do Código do IVA.»

[da Circular n.º 15 P.º 11/87 e 490, de 30 Jun 89, da DSF/MDN-EME]

DELEGAÇÕES

FÉRIAS

BRAGANÇA — Encerrada de 17 de Julho a 11 de Agosto;

FARO — Encerrada de 1 a 30 de Agosto (em caso de urência telefonar para 2 29 64);

FUNCHAL — Encerrada de 1 a 3 de Agosto.

CASTELO BRANCO — Encerrada de 1 a 30 de Agosto.

PORTO

Consultas no H. M. Porto

Conforme já informado em Junho, as consultas para atribuição de próteses e ortóteses deixaram de ser efectuadas no serviço de ortopedia passando para a clínica de Medicina Física.

De novo se dá a indicação das datas das próxi-

mas consultas, por ter havido engano no ELO, chamando-se atenção para o facto de a partir de Outubro passar a haver duas por mês (segunda e última 4.ª-feiras):

— 23 de Agosto;
— 27 de Setembro;
— 11 e 25 de Outubro.

«VIVÊNCIAS NO CAPIM»

lançado em Setúbal
em 1 de Agosto

Com a presença do autor, o nosso associado SÁ FLORES, vai ser lançada em Setúbal, durante o decorrer da tradicional Feira de Santia-

go, mais precisamente no próximo dia 1 de Agosto, o seu último livro de contos,

«VIVÊNCIAS NO CAPIM».

RENAULT 19

TECNOLOGIA MAIS QUE PERFEITA

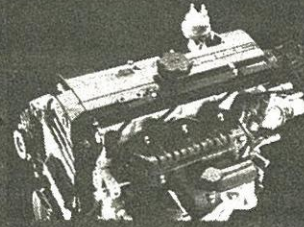
A tecnologia é a alma de um automóvel. É aquilo que o distingue dos outros. Por isso, a tecnologia num automóvel é fundamental.

Daí que, em todos os domínios, o Renault 19 apresente inovações tecnológicas das quais se salienta a concepção do motor Energy.

Um motor da nova geração — mais fiável, mais potente, mais suave e com menor consumo.

É assim a nova tecnologia Renault. Uma tecnologia mais que perfeita. Uma tecnologia de futuro.

RENAULT 19
O FUTURO MAIS QUE PERFEITO



Motorizações

1237 c.c.
55 cv DIN
1390 c.c.
80 cv DIN (Energy)
1721 c.c.
92 cv DIN
1870 c.c.
65 cv DIN (Diesel)

Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telefs. 859 00 58

Renault 19 — Garantia Anti-Corrosão de 6 anos

O FUTURO MAIS QUE PERFEITO

DIRECÇÃO CENTRAL DA ADFA RECEBIDA PELO VICE-CEMGFA

No âmbito dos contactos normais com a instituição militar, deslocou-se à Chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas, em 13 de Julho passado, uma delegação da ADFA composta pelo Presidente, «.º2.º Secretários da Direcção Central, respectivamente José Arruda, Patuleia Mendes e Armando Alves, a qual foi recebida pelo Vice-Chefe do EMGFA, na impossibilidade do general Soares Carneiro.

Esta reunião serviu, fundamentalmente, para informar aquele órgão militar do andamento de vários processos que dizem respeito à Associação, mostrando-se o general FA Mendes Dias bastante interessado em conhecer todos os assuntos e o seu desenvolvimento.

Assim, foi referido a já adiantada instalação do

«Gabinete do utente DFA», no HMP, após os contactos havidos com os vários serviços de saúde militar (e a que ELO se referiu em Maio passado), estando agora a procurar-se encontrar soluções próprias para a questão da transferência, estadia e apoio ao nosso associado major Silvério, a ser colocado nesse mesmo Gabinete.

Em relação à Sede, foi dada informação sobre o apoio que a engenharia do exército irá prestar, nomeadamente quanto a terraplanagens e remoção de terras, assim como sobre o concurso limitado que se lançou para a 1.ª fase de obras.

Considerada sempre da máxima importância pela Direcção Central, a legislação também foi focada, tendo sido transmitida a grande esperança que reside na próxima entrada

em funcionamento do «serviço de apoio aos DFA's», no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, para o qual, sabemos, já foi feita requisição de pessoal devidamente qualificado. E certamente que tal serviço muito trabalho irá ter, dado que se torna cada vez mais urgente uma análise profunda de toda a legislação avulsa existente, a qual, tantas vezes, é um obstáculo à defesa dos direitos dos deficientes militares, caso gritante, por exemplo, o de mais de 60 por cento de deficiência em serviço.

Aliás, e na sequência de informações sobre a conferência em Lisboa/1990, com associações congéneres de Angola, Guiné e Moçambique, foi feito um alerta sobre o facto de continuarem a aparecer, para se fazerem sócios da ADFA e pro-

curarem resolver os seus casos, ex-milícias africanas que vieram para Portugal já depois de terminado o prazo de prorrogação para entrega de processos de «deficientes civis das FA» (NOV88 — Dec. Lei 267/88 de 01AG), situação essa que a Associação já havia previsto, e denunciado (ver ELO SET88), pelo que já se encontra a fazer um levantamento dos casos mais graves e flagrantes, a fim de o levar à devida apreciação o mais rápido possível.

No fim da audiência, o general Mendes Dias voltou a reforçar o seu apoio ao trabalho desenvolvido pela ADFA, garantindo o seu empenho pessoal na procura de soluções para os problemas apresentados, os quais iria, de imediato, levar ao conhecimento do Genral Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

CONFERÊNCIA COM ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE

Avançam os preparativos para a efectivação em Lisboa, ainda no 1.º semestre de 1990, da conferência que a ADFA se propôs organizar, reunindo, «no mesmo lado da trincheira», ex-combatentes de Portugal, de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique, numa manifestação de que os valores da PAZ se mos-

tram com uma força e uma vitalidade que nenhuma guerra pode derubar ou impedir.

tram com uma força e uma vitalidade que nenhuma guerra pode derubar ou impedir.

tram com uma força e uma vitalidade que nenhuma guerra pode derubar ou impedir.

tram com uma força e uma vitalidade que nenhuma guerra pode derubar ou impedir.

tram com uma força e uma vitalidade que nenhuma guerra pode derubar ou impedir.

tram com uma força e uma vitalidade que nenhuma guerra pode derubar ou impedir.

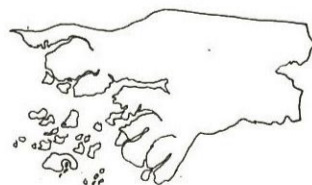
tram com uma força e uma vitalidade que nenhuma guerra pode derubar ou impedir.

organizativa das organizações congéneres, contribuirá grandemente para o reforço de amizade e solidariedade já existentes.»

Na realidade, que melhores palavras para realçar a vontade de cooperação e de comunicação entre os dois países do que estas mensagens de ex-combatentes para ex-combatentes?

Apenas mais um pequeno exerto desse Ofício:

«Queremos, através de si, Sr. Presidente, por intermédio desta via, dirigir as nossas fraternais e cordiais saudações a todos os Deficientes das Forças Armadas...»



Aguarda-se agora apenas a resposta de Moçambique ao convite para estar também presente, embora já se saiba, mas não oficialmente, que o seu desejo também é grande. Aliás, dado que é possível a deslocação de um, ou mais elementos da nossa Associação àquele País, acompanhando o Secretário-Geral da FMAC (ver Agenda), certamente que o assunto será mais profundamente

analisado, criando-se as melhores perspectivas para tal conferência.



Recordemos ELO/MAI 89...

No empenhamento de contactos entre a ADFA e a Secretaria de Estado dos Combatentes da Guiné-Bissau, e aproveitando uma passagem por Lisboa, esteve na Associação a Directora-Geral daquele Departamento, Eugénia Saldanha...

Falando-se sobre a preparação da reunião, em Lisboa, das associações de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, foi confirmado o aval da Guiné e de Angola, esperando-se o «sim» definitivo de Moçambique, após a legalização da respectiva organização, o que estará para breve. Aliás, foi também referida a intenção de as três novas associações se candidatarem a membros da FMAC, aquando da sua próxima Assembleia-Geral (1992), na Finlândia, acto que Portugal acolhe calorosamente.

PENSÕES: Actualizações em Agosto!

Tendo a ADFA mantido constantes contactos com as entidades directamente relacionadas com a questão da actualização das pensões, fomos informados pelo serviço da Caixa Geral de Aposentações que, salvo contrariedade de última hora, a mesma se fará já no mês de Agosto.

Esperemos que sim!

Aquisição de Viaturas

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegação do Porto compra de viaturas «Renault»

Os sócios que pretendam adquirir viatura da marca «Renault» poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, sócio António Bernardes,

10 às 16 horas, nas instalações da Delegação, devendo no entanto telefonar antecipadamente para a mesma, através do número 82 97 44, para que seja feita a marcação de entrevista.

Venda de viaturas para deficientes

Documentação Necessária Def. Civis ao Abrigo do Decreto-Lei 235/D de 1 de Junho 83

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo centro de Saúde da área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas finanças como esteve isento.

Documentos Necessários para os Def. Forças Armadas ao Abrigo do Decreto-Lei 43/76 20 Janeiro

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticados pelo Notário.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 4 GTL	788 171\$00	1 115 514\$00
Renault 5 Campus 3 p	835 652\$00	1 107 700\$00
Renault 5 Campus 5 p	882 268\$00	1 162 241\$00
Renault 5 Tiga 3 p	967 325\$00	1 360 114\$00
Renault 5 Tiga 5 p	1 015 901\$00	1 416 948\$00
Renault 5 GTR 3 p	968 497\$00	1 389 886\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 033 667\$00	1 466 135\$00
Renault 5 GTD 5 p	1 320 504\$00	2 285 541\$00
Renault 5 GTX 3 p	1 179 124\$00	1 777 311\$00
Renault Chamade TR	1 201 571\$00	1 676 623\$00
Renault Chamade GTS	1 285 304\$00	1 901 372\$00
Renault Chamade TSE	1 446 886\$00	2 090 423\$00
Renault Chamade TXE	1 432 493\$00	2 479 912\$00
Renault Chamade GTD	1 530 987\$00	4 085 274\$00
Renault 19 TR 3 p	1 118 323\$00	1 608 923\$00
Renault 19 TR 5 p	1 178 011\$00	1 649 058\$00
Renault 19 GTS	1 260 102\$00	1 871 885\$00
Renault 19 TSE	1 418 516\$00	2 057 230\$00
Renault 19 TXE	1 404 405\$00	2 447 049\$00
Renault 21 GTL	1 496 981\$00	2 159 014\$00
Renault 21 GTS	1 520 176\$00	2 586 462\$00
Renault 21 GTE	1 739 234\$00	2 842 760\$00
Renault 21 GTD	1 751 139\$00	6 184 648\$00
Renault 21 TDX	2 077 962\$00	6 567 031\$00
Renault 25 TDX	3 077 707\$00	7 742 132\$00
Renault Nevada GTX 5 lug.	1 630 465\$00	2 738 900\$00
Renault Nevada GTS 7 lug.	1 711 621\$00	2 810 452\$00
Renault Nevada TDX 5 lug.	2 113 162\$00	6 608 215\$00
Renault Nevada TDX 7 lug.	2 187 614\$00	6 695 324\$00
Renault Express GTC 5 lug.	1 192 268\$00	1 596 498\$00

Transferência: 3900\$00. Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. Cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

Todos os sócios interessados nas viaturas da gama RENAULT podem pedir informações na Sede ou nas nossas Delegações.



CADERNO ELEITORAL

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 28 dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 15 de Julho de 1989 (sábado), das 9 horas às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biénio de 1989/91.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, em Lisboa (Palácio da Independência), nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

ADFE, 15 de Maio de 1989

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
O Presidente
António Reis Santos

Conforme devidamente anunciado e publicitado, decorreu, em 15 de Julho passado, o acto eleitoral para os *Órgãos Sociais Centrais e Locais* referente ao biénio de 1989/91, tendo a *Assembleia Geral Nacional Eleitoral*, desdobrada em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionado com mesas de voto na Sede (Lisboa), nas Delegações e nos Núcleos existentes.

Sobre o acto em si, que sabemos ter decorrido da melhor forma em todo o País, não vamos tecer qualquer comentário, remetendo o leitor para o EDITORIAL da Direcção Central agora eleita.

Pelo que, passemos imediatamente aos números, e resultados, recordando, porque são os responsáveis que mais directamente lidam com os sócios, os nomes que compõem as várias Direcções de Delegação, abrindo excepção para os Órgãos Sociais Centrais, de que daremos a lista completa.

CONSELHO NACIONAL

Efectivos: Manuel Lopes Dias, sócio n.º 379.
António dos Santos Carreiro, sócio n.º 1334.
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício, sócio n.º 208.

António Manuel Garcia Miranda, sócio n.º 3097.
Suplentes: Mário Soares Dias, sócio n.º 716.
Manuel Luís Gonçalves Botelho da Costa, sócio n.º 5112
José Carlos Ferreira Pavoeiro, sócio n.º 8617.

VOTAÇÃO:

	Votos entrados	Votos brancos	Votos nulos	Votos válidos
LISBOA (*)	209	4	1	204
AÇORES (P.D.)	64	0	0	64
BRAGANÇA	52	1	0	51
CAST. BRANCO	101	0	0	101
COIMBRA	76	0	0	76
ÉVORA	30	1	1	28
FARO	46	1	0	45
MADEIRA (F)	69	0	0	69
PORTO (*â)	226	11	11	204
SETÚBAL	58	0	0	58
V. N. FAMALICÃO	23	1	1	21
UISEU	80	12	0	68
TOTAIS	1034	31	14	989

(*) inclui Peniche, Alcobaca e Cascais.
(**) inclui Chaves.

AÇORES

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Jaime Fernando Leite Domingues, sócio n.º 5919;

Secretário: Manuel António Gaspar de Carvalho, sócio n.º 436;

Tesoureiro: Manuel Pereira de Medeiros, sócio n.º 8038.

Votação:

Votos entrados: 64 Votos brancos:
Votos válidos: 64 Votos nulos:

BRAGANÇA

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Olímpio Sebastião Ferreira, sócio n.º 2783.

Secretário: Domingos António Seca, sócio n.º 2770

Tesoureiro: José Manuel Rodrigues Cristóvão, sócio n.º 2789.

Votação:

Votos entrados: 52 Votos brancos:
Votos válidos: 51 Votos nulos:

CASTELO BRANCO

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: José Eduardo Garrido Nunes, sócio n.º 1806;

Secretário: José dos Santos Correia Vila, sócio n.º 1832;

Tesoureiro: António Roque, sócio n.º 11 050.

Votação:

Votos entrados: 101 Votos brancos:
Votos válidos: 101 Votos nulos:

COIMBRA

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: José Matias Maia, sócio n.º 244;

Secretário: Manuel Correia de Bastos, sócio n.º 1312;

Tesoureiro: José Dias Martins, sócio n.º 1549.

Votação:

Votos entrados: 76 Votos brancos:
Votos válidos: 76 Votos nulos:

ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS (Sede)

LISTA «A» (única)

MESA DE ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente: António da Silva Reis Santos, sócio n.º 6784.

1.º Secretário: Joaquim Francisco Couceiro Ferreira, sócio n.º 1.

2.º Secretário: Jorge Eduardo da Nave Pina, sócio n.º 5134.

DIRECÇÃO CENTRAL

Presidente: José Eduardo Gaspar Arruda, sócio n.º 593.

Vice-Presidente: Armando Manuel Oliveira Guedes da Fonte, sócio n.º 2943.

1.º Secretário: Cândido Manuel Patuleia Mendes, sócio n.º 519.

2.º Secretário: Artur José Caldeira Vilares, sócio n.º 8626.

Tesoureiro: Armindo Marques Matias, sócio n.º 53.

CONSELHO FISCAL CENTRAL

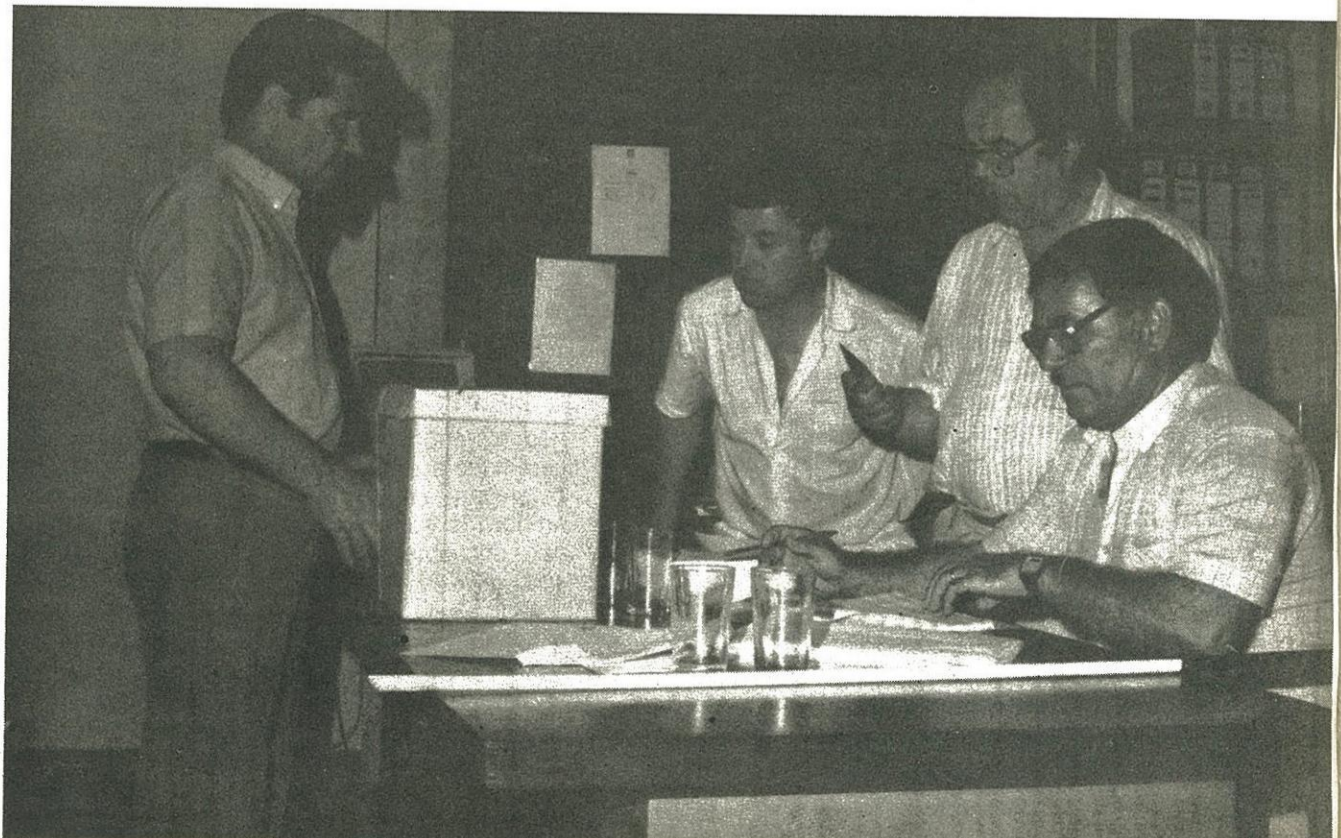
Presidente: José Santos Couto Ramos, sócio n.º 234.

Secretário: Armando Ramos Alves, sócio n.º 248.

Relator: José Manuel Nabais, sócio n.º 940.

1.º Vogal: Orlando Hélder Serra Passos Silva, sócio n.º 11 023.

2.º Vogal: João Nunes Carrilho, sócio n.º 2139.



Açores

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Jaime Fernando Leite Domingues, sócio n.º 5919;

Secretário: Manuel António Gaspar de Carvalho sócio n.º 436;

Tesoureiro: Manuel Pereira de Medeiros, sócio n.º 8038.

Votação:

Votos entrados:	64	Votos brancos:	
Votos válidos:	64	Votos nulos:	

Bragança

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: Olímpio Sebastião Ferreira, sócio n.º 2783.

Secretário: Domingos António Seca, sócio n.º 2778

Tesoureiro: José Manuel Rodrigues Cristóvão, sócio n.º 2789.

Votação:

Votos entrados:	52	Votos brancos:	
Votos válidos:	51	Votos nulos:	

Castelo Branco

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: José Eduardo Garrido Nunes, sócio n.º 1806;

Secretário: José dos Santos Correia Vila, sócio n.º 1832;

Tesoureiro: António Roque, sócio n.º 11 050.

Votação:

Votos entrados:	101	Votos brancos:	0
Votos válidos:	101	Votos nulos:	0

Coimbra

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: José Matias Maia, sócio n.º 244;

Secretário: Manuel Correia de Bastos, sócio n.º 1312;

Tesoureiro: José Dias Martins, sócio n.º 1549.

Votação:

Votos entrados:	76	Votos brancos:	0
Votos válidos:	76	Votos nulos:	0



Évora

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Manuel Teixeira Gil, sócio n.º 9651;

Secretário: João Carlos Figueiredo Nobre, sócio n.º 2262;

Tesoureiro: Florentino Joaquim Polido Valadas, sócio n.º 2426.

Votação:

Votos entrados:	30	Votos brancos:	0
Votos válidos:	30	Votos nulos:	0

Faro

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: José Nicolau Rufino, sócio n.º 384;

Secretário: João Ângelo Fernandes, sócio n.º 7859;

Tesoureiro: José Manuel das Neves Perpétua, sócio n.º 2387.

Votação:

Votos entrados:	46	Votos brancos:	0
Votos válidos:	46	Votos nulos:	0

Madeira

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Armando Augusto Vieira Costa, sócio n.º 8984.

Secretário: Arnaldo Rosa de Freitas, sócio n.º 10845.

Tesoureiro: José Estêvão de Abreu, sócio n.º 9074.

Votação:

Votos entrados:	69	Votos brancos:	0
Votos válidos:	69	Votos nulos:	0

Porto

LISTA «A»

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: José dos Santos Rodrigues Teixeira, sócio n.º 1201;

Secretário: Alberto Manuel Brum Costa, sócio n.º 9;

Tesoureiro: Joaquim Sequeira Ferreira, sócio n.º 3420;

1.º Vogal: Bernardino Guimarães Correia, sócio n.º 6220;

2.º Vogal: Amadeu Artur Felgueiras, sócio n.º 1080.

Votação:

Votos entrados:	226	Votos brancos:	1
Votos válidos:	220	Votos nulos:	5
Lista «A»:	175	Lista «B»:	45

Setúbal

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: José Maria Rosa, sócio n.º 52;

Secretário: Abílio Marques Loureiro, sócio n.º 4899;

Tesoureiro: António Lucas dos Santos, sócio n.º 4470.

Votação:

Votos entrados:	58	Votos brancos:	0
Votos válidos:	58	Votos nulos:	0

Vila Nova de Famalicão

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Anquises Fernando Crocchia Barbosa de Carvalho, sócio n.º 3505

Secretário: Augusto Correia da Silva, sócio n.º 82

Tesoureiro: Fernando Gomes de Carvalho, sócio n.º 9110

Votação:

Votos entrados:	23	Votos brancos:	0
Votos válidos:	23	Votos nulos:	0

Viseu

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: João Manuel Santos Gonçalves, sócio n.º 684;

Secretário: Arnaldo Duarte Ferreira, sócio n.º 1404;

Tesoureiro: Joaquim Correia Jorge, sócio n.º 11 148.

Votação:

Votos entrados:	80	Votos brancos:	1
Votos válidos:	79	Votos nulos:	0

ÉVORA

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Manuel Teixeira Gil, sócio n.º 9651;
 Secretário: João Carlos Figueiredo Nobre, sócio n.º 1000;
 Tesoureiro: Florentino Joaquim Polido Valadas, sócio n.º 2426.

Votos entrados: 30 Votos brancos: 0
 Votos válidos: 30 Votos nulos: 0

FARO

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: José Nicolau Rufino, sócio n.º 384;
 Secretário: João Ângelo Fernandes, sócio n.º 7859;
 Tesoureiro: José Manuel das Neves Perpétua, sócio n.º 87.

Votos entrados: 46 Votos brancos: 0
 Votos válidos: 46 Votos nulos: 0

MADEIRA

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Armando Augusto Vieira Costa, sócio n.º 184.
 Secretário: Arnaldo Rosa de Freitas, sócio n.º 1005.
 Tesoureiro: José Estêvão de Abreu, sócio n.º 9074.

Votos entrados: 69 Votos brancos: 0
 Votos válidos: 69 Votos nulos: 0

PORTO

LISTA «A»

DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente: José dos Santos Rodrigues Teixeira, sócio n.º 1201;
 Secretário: Alberto Manuel Brum Costa, sócio n.º 1005.
 Tesoureiro: Joaquim Sequeira Ferreira, sócio n.º 1005.

Vogal: Bernardino Guimarães Correia, sócio n.º 1005.
 Vogal: Amadeu Artur Felgueiras, sócio n.º 1080.
 Votos entrados: 226 Votos brancos: 1
 Votos válidos: 220 Votos nulos: 5
 Lista «A»: 175 Lista «B»: 45

SETÚBAL

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: José Maria Rosa, sócio n.º 52;
 Secretário: Abílio Marques Loureiro, sócio n.º 1005.
 Tesoureiro: António Lucas dos Santos, sócio n.º 1005.

Votos entrados: 58 Votos brancos: 0
 Votos válidos: 58 Votos nulos: 0

LA NOVA DE FAMALICÃO

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Anquises Fernando Crocchia Barbosa de Almeida, sócio n.º 3505
 Secretário: Augusto Correia da Silva, sócio n.º 82
 Tesoureiro: Fernando Gomes de Carvalho, sócio n.º 1005.

Votos entrados: 23 Votos brancos: 0
 Votos válidos: 23 Votos nulos: 0

VISEU

LISTA «A» (única)

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: João Manuel Santos Gonçalves, sócio n.º 1005;
 Secretário: Arnaldo Duarte Ferreira, sócio n.º 1404;
 Tesoureiro: Joaquim Correia Jorge, sócio n.º 1005.

Votos entrados: 80 Votos brancos: 1
 Votos válidos: 79 Votos nulos: 0

TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ADFA

«Morreu o Rei. Viva o Rei!»

Quási que se podia parafrasear este, digamos, lema, em relação às eleições e à tomada de posse das listas eleitas. Na realidade, uma semana depois de encerradas as urnas, procedeu-se à cerimónia de posse dos novos corpos centrais e regionais. Aliás, verificada apenas a candidatura de lista «A», com excepção do Porto, poder-se-ia pensar e abonando o trabalho realizado e o sentir dos associados, que apenas de um acto de «continuidade» se tratava. No entanto, pelas tarefas que há que realizar, pelos trabalhos que há que enfrentar, pela, promessas e propostas que há que cumprir, essa «continuidade» é-o apenas enquanto vontade e determina-

ção, já que quási de uma viragem se tem que falar. Mas, sobre isso, deixaremos a palavra, na altura própria, ao «novo» Presidente da Mesa da Assembleia Nacional.

Seriam cerca das três da tarde de sábado, 22 de Julho, quando, no Salão Nobre do Palácio da Independência, o dr. Reis Santos, Presidente cessante da MAGN, após tecer algumas considerações sobre o mandato agora terminado e sobre as razões de uma lista única, tomou posse como novo presidente, ao que se seguiram grande parte dos elementos da lista, e de todos os Órgãos sociais centrais presentes à cerimónia.

Seguidamente procedeu-se, também, à tomada de posse por parte de algumas das Mesas de Assembleia-Geral de Delegação, que quiseram, e puderam, estar presentes, grande parte delas na pessoa do seu Presidente: Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Madeira, Setúbal e Viseu.

Após as assinaturas nos respectivos «Livro de Actas», o novo Presidente

terna e projecção para o exterior.

Afirmámo-nos como uma grande associação, que de facto somos. Libertámo-nos de um certo espírito corporativo e apresentámo-nos como um parceiro social respeitado e a ouvir no vector das pessoas deficientes e nos campos de reabilitação e da reintegração».

Após mais algumas considerações, prosseguiria:

«Este passo em frente obriga a outros bem largos, mas dados com segurança, pois o Congresso não acabou no dia da Sessão de Encerramento... começou realmente nesse dia. Há que dar execução às suas «Conclusões» e recomendações.

Isso não se conseguirá a não ser à custa de um grande trabalho de equi-

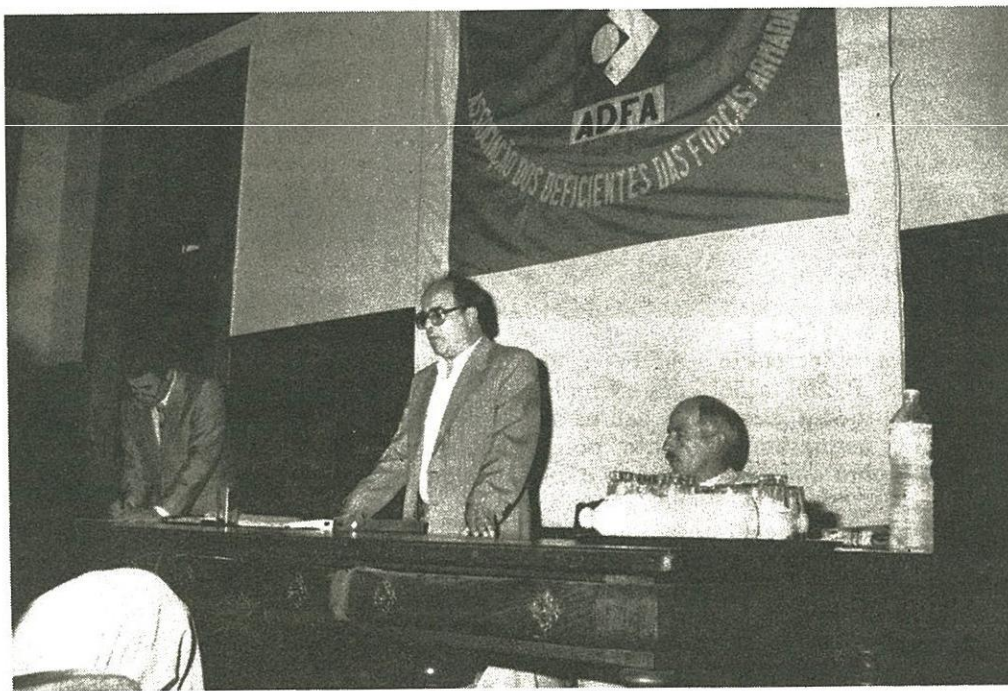
as principais resoluções do Congresso a serem implementadas, em trabalho de grupo e em reuniões, quer internas quer externas, terminando:

«Vamos procurar, através de trabalho porfiado, com a colaboração de todos os órgãos e associados, implementar esse espírito na nossa Associação, pois só cooperando todos, conseguiremos engrandecer a ADFA cada vez mais».

Seguidamente, o dr. Reis Santos deu a palavra ao Presidente da Direcção Central recém-empossado, José Arruda, o qual, em breve improvisado, reconheceu as acrescidas responsabilidades da nova Direcção, face a ser uma lista proposta pela DC cessante, retomando a ideia exposta pelo Presidente da MAGN, de que só com coesão a ADFA pode existir.

Referindo o trabalho a realizar, disse que ele é tanto que se calhar não será possível fazer tudo, dado que a estrada que se trilha tem muitas dificuldades e sacrifícios, ultrapassáveis, no entanto, em grande parte, se se souber assumir que há que mudar, mas reforçando a unidade e ouvindo os sócios, já que a competência é de todos e não apenas de alguns, não sendo ninguém mais do que ninguém.

Para terminar, agradeceu o apoio prometido pela Mesa da Assembleia-Geral Nacional, reiterando a confiança da Direc-



«Depois de várias vicissitudes, foi possível levar por diante a realização do (III) Congresso.

Podemo-nos orgulhar da maneira como decorreu. Houve eficácia, debate aceso, mas digno. Conseguiu-se coesão in-

pa. Com muita coesão».

Alertando para que não se confundisse essa coesão com «centralismo», falaria, também de cooperação, comunicação e informação, para além de competência e responsabilidade, indicaria quais

ção Central nesse órgão.

Dada por encerrada a sessão pelo presidente da MAGN, seguiu-se pequeno bebereite, pretexto para maior aproximação e conhecimento entre os elementos que tomaram posse.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

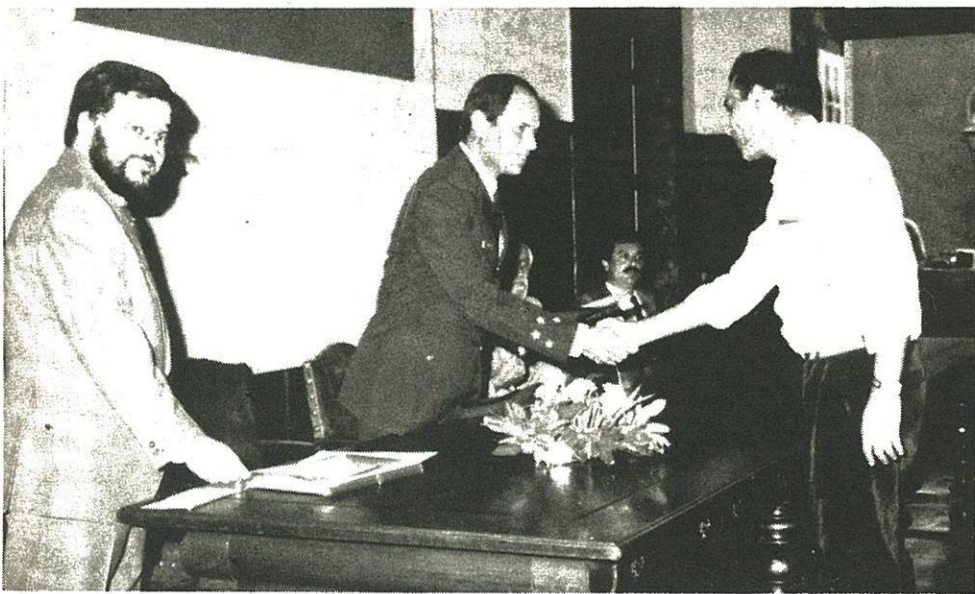
VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FA E SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO NA ENTREGA DE DIPLOMAS

Términados os Cursos de Formação Profissional ministrados na Sede, procedeu-se à entrega de diplomas no passado dia 14 de Julho, cerimónia a que estiveram presentes o Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general FA Mendes dias, em repre-

Serviço de Reabilitação e o dr. Guedes Vaz, em representação da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP).

Após a chegada das entidades convidadas, foram as mesmas encaminhadas para a sala da Direcção Central, onde os representantes dos Esta-

Falando depois, o dr. Fouto Pólvora manifestou o seu grande prazer em poder participar em tal cerimónia, realçando o papel da «formação profissional» na plena integração da pessoa com deficiência e a importância do trabalho das instituições privadas, de que a



sentação do general Soares Carneiro, o Secretário Nacional de Reabilitação, dr. Fouto Pólvora, o almirante Lopes Cavalheiro, em representação do Chefe do Estado-Maior da Armada, o brigadeiro António Albuquerque, em representação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o general Wilton Pereira, em representação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director dos Serviços de Reabilitação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, dr. António Charana, o major Ascensão, repre-

dos-Maiores, o Secretário Nacional de Reabilitação e o Director dos Serv. Reb./IEFP assinaram o Livro de Honra da Associação.

Passando-se, de seguida, ao Salão Nobre do Palácio, o dr. Sarmiento Coelho, responsável pelo Departamento de Formação Profissional da Sede, iniciou a série de orações, fazendo um breve histórico dos cursos e analisando o circunstancialismo que os rodeiam, nomeadamente referindo o atraso que já têm, em função das necessidades dos alunos e também, as dificul-

ADFA é um dos melhores exemplos a nível nacional, na sua acção constante pela dignificação pessoal e social dos que se deficientaram ao serviço da Pátria.

Aliás, seriam também de louvor à nossa Associação as palavras do general Mendes Dias, reforçando que a ADFA não se limita a pedir apoios, mas apresenta sim um trabalho válido e digno, merecedor de todo o auxílio, estando de parabéns não só a própria casa como todos os diplomados.

Em representação do dr. António Charana, que

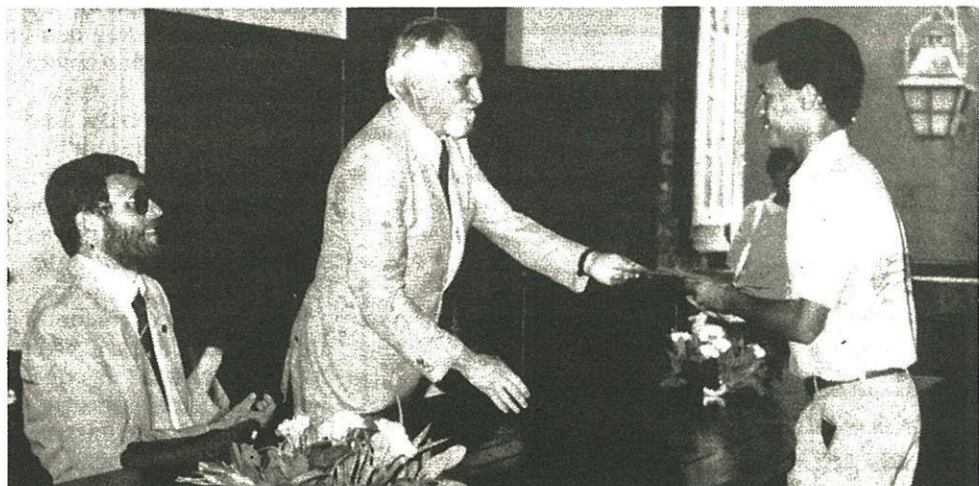


sentante do Ministério da Defesa Nacional no CNR, o tenente-coronel Adão Pereira, em representação da Escola Militar de Electromecânica (Paço de Arcos), o dr. Carvalho, em representação da dr.ª Maria de Lurdes Faria, Directora do

dades acrescidas por falta de preparação escolar de muitos dos candidatos, daí que dos 62 inscritos apenas cerca de 50 tenham chegado ao fim.

Por fim, deixou uma palavra de louvor e agradecimento para os monitores.

não pôde assistir a toda a cerimónia, falou o dr. Elder Vicente que salientou que sendo a reabilitação uma questão técnica, não é admissível, na véspera do século XXI, «não se pode» ou «não se deve», afirmando que apoiando o IEPF todos, e



apenas, os bons projectos de «Formação Profissional», a ADFA tem esse apoio garantido, dada a sua capacidade de programar e levar a cabo o que planeia e propõe.

José Arruda, ao agradecer a presença de todos; salientou que, realmente, a ADFA tem recebido bons apoios, mas

Curso de cerâmica

António Luís Jesus
Armindo Matos Roque
Fodé Cassama
Jorge dos Santos Neto
Lamine Seidi
Mamadu Candé
Mando Baldé
Pamba Tchuda
Rafael Farinha
Seco Jassi

Domingos do Carmo Soares
Mário dos Santos Sobral

Curso de Electricidade Electrónica

Alfredo da Conceição Constantino
António Manuel Oliveira Alves
António Teixeira Roxo



sempre sobre projectos concretos que apresenta, projectos esses que, no caso dos cursos, têm ainda que enfrentar o problema difícil de colocação dos formandos no mercado de emprego.

Referindo-se à missão e ao trabalho da Associação, nomeadamente no Conselho Nacional de Reabilitação, o Presidente da DC não deixou de focar a dimensão e especificidade da ADFA que, estendendo-se de Bragança aos Açores, tem a capacidade de «pensar» toda a realidade portuguesa, pelo que pode afirmar que talvez a nossa sociedade não se tenha apercebido ainda das reais potencialidades das pessoas deficientes.

Para encerrar a sessão, procedeu a Mesa à entrega dos diplomas, sendo os seguintes os formandos que os receberam:

Curso de técnico de frio

António Joaquim Almeida Martinho
João Cardoso Carvalho
João Lopes de Almeida
José Francisco Balas-teiro Bento
Luís Chainho Sobral
Manuel Augusto Robles
Paulo Pacheco dos Santos
Pedro Felmo Jugmane
Pedro Jaquecene

Curso de técnico de artes gráficas

António Manuel Guerreiro Silva
José Maria Pinto Claro
Mamadu Iero Djaló

Curso de Reparador de Microelectrónica

Célio Augusto Fernandes

António Victoriano dos Santos Neves
Augusto Ribeirão de Macedo

Gabriel Carlos de Pentecostes Marino
João Evaristo Vieira Oliveira Menezes
Manuel Santos Gonçalves

Pedro Luis Ramos Meireles
Telmo Lopes

Terminada a cerimónia no Salão Nobre, passou-se à Sala da Biblioteca onde decorreu um animado beberete a que estiveram presentes não só os convidados, como também os diplomados e seus monitores, além dos responsáveis e dos trabalhadores da Associação, pretexto excelente para, em ambiente informal, quer as entidades militares quer as civis se aperceberem da vivência da casa, apercebendo os seus problemas mas também a sua dinâmica.

NOVAS TECNOLOGIAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SÃO PORTADORAS DUMA LÓGICA ALTERNATIVA DE ESTAR NO MUNDO

«NOVAS TECNOLOGIAS E CRIATIVIDADE», PROJECTO EM MARCHA

No passado dia 6 de Julho realizou-se na Liga dos Deficientes Motores o colóquio «Novas Tecnologias e Criatividade» pelo Prof. David Rodrigues do I.S.E.F. (Instituto Superior de Educação Física), o qual é representante de Portugal na Associação para a Criatividade — EUCREA (Associação Europeia de Criatividade de e para Pessoas com Deficiência), criada em Sevilha em Dezembro de 1987. Tal Associação é representada em Portugal pela ANACED (Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para Pessoas com deficiência).

A ANACED propõe-se a «promover e divulgar todas as experiências de arte e criatividade que directa ou indirectamente contribuam para o desenvolvimento global da pessoa com deficiência e sejam geradoras de modificação de atitudes sociais».

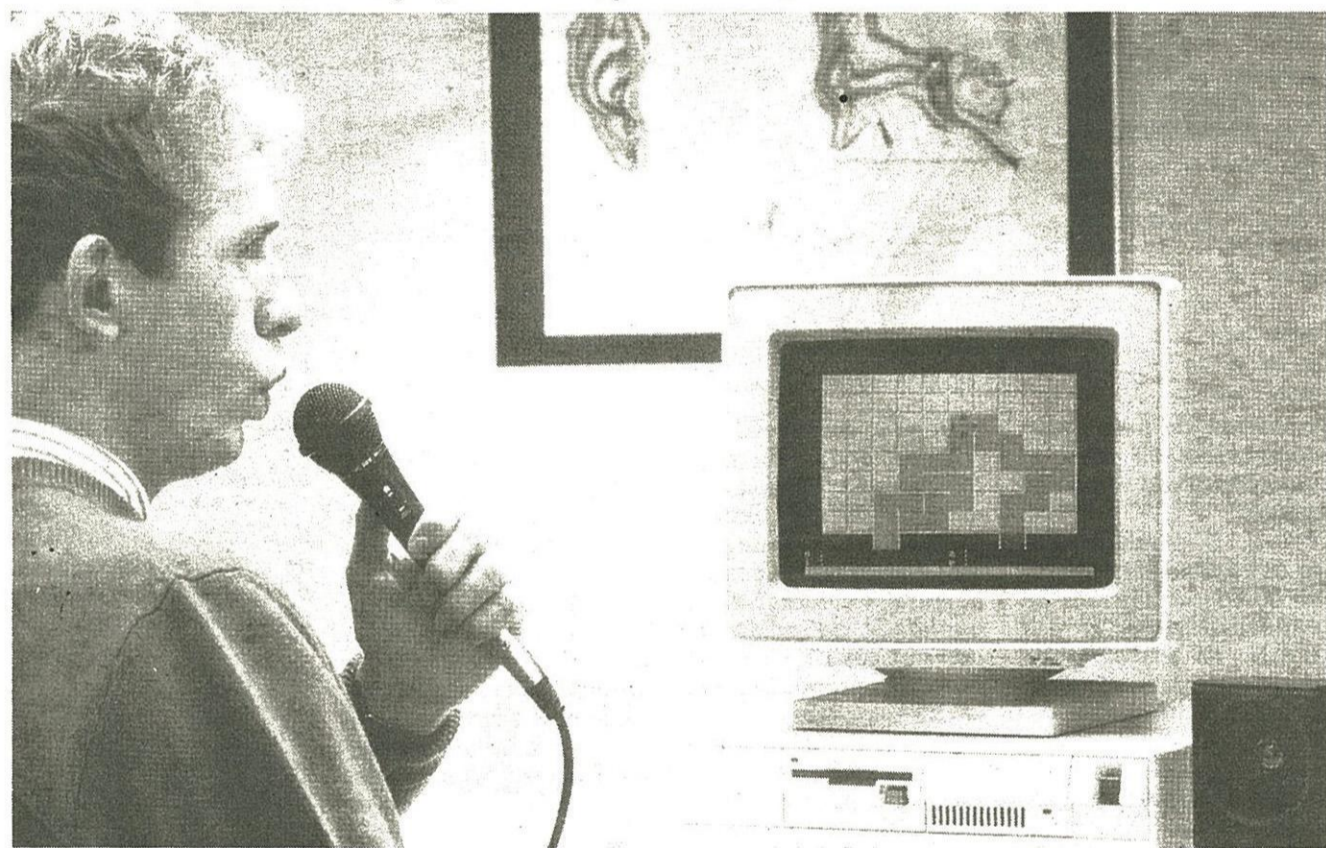
Tendo em conta que a criatividade não está restrita a determinadas pessoas e que todas têm possibilidades de criatividade durante toda a sua vida, pretende-se tirar partido das novas tecnologias da informação (NTI), pois se por um lado estão ligadas à repetição e à rotina, por

outro vão favorecer, a diversificação, o gosto pela obra acabada e consecutivamente elevar o nível de auto-estima.

O projecto apresentado neste colóquio e que tem por título «Capacidades de comunicação criativa com pessoas deficientes: contribuição para a integração através das novas tecnologias», procura desenvolver nos diferentes países, experiências pilotos que permitam desenvolver nos diferentes países, experiências pilotos que permitam consubstanciar uma política de intervenção.

Este projecto a terminar em Fevereiro de 1990 reportar-se-á em 4 fases.

Na primeira fase pretende-se saber que tipos de equipamentos, instituições, intervenções há a desenvolver: numa segunda fase proceder-se-á a aplicações, piloto nalgumas instituições para aferição de estratégias, materiais, etc.; a aplicação real do programa nas instituições decorrerá na terceira fase e numa última fase procurar-se-á recolher todas as informações e transmiti-las quer através de uma publicação, quer dum seminário.



«Novas Tecnologias na educação especial»

Em interligação com o referido colóquio e visando a implementação das NTI, como estratégia de intervenção que permita a autonomia das pessoas com necessidades especiais, particularmente crianças, o Pólo do Projecto Minerva da UTL — ISEF — Educação Especial e Reabilitação, que visa a introdução das novas tecnologias na Escola, efectuou um Seminário

sobre as novas Tecnologias na educação Especial», nos dias 10, 11 e 12 de Julho nas instalações do ISEF. Tal seminário pretendeu ser «um espaço de conhecimento de algumas perspectivas inovadoras, uma troca de experiências e projectos entre instituições nacionais e um lugar de discussão de opções de desenvolvimento das NTI, para as populações com necessidades educativas especiais». Através das trocas de experiências realizadas, é indiscutível a influência que as NTI exercem na orientação peda-

gógica, como elemento motivador e facilitador de processo ensino/aprendizagem destas crianças.

Dentro das ajudas electrónicas podemos referir a Tartaruga de Solo, o Optacon e o Versabaille, o Visualizador de Fala e o Teclado de Comando Luminoso.

Os participantes foram também alertados para o problema da difícil acessibilidade, no nosso país, das ajudas técnicas, devido aos custos elevados que atingem tais equipamentos e das possibilidades de financiamento pelos respectivos ministé-

rios, como acontece, por exemplo, na Suécia, onde os equipamentos a serem utilizados na escola são subsidiados pelo ministério da Educação e os equipamentos utilizados em casa são subsidiados pela Segurança Social.

É indiscutível o quanto as NTI entraram na nossa vivência diária. Elas fazem já parte do ar que respiramos. Deixemos, portanto, que as pessoas com deficiências portadoras duma lógica alternativa de estar no Mundo, tenham também a possibilidade de poderem respirar.

SÓCIOS FALECIDOS

MANUEL DA SILVA BARROCA, sócio n.º 11068, natural de Fradelos e residente em Ribeirão, Concelho de V. N. Famalicão, faleceu no passado dia 18 de Abril de 1989, devido a cirrose hepática.

Sócio com 15 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola.

Deixa viúva a sr.ª Dona Maria da Conceição T. Cruz e 3 filhos.

ANTÓNIO FERREIRA DA SILVA, sócio n.º 9979, natural de Prazins e residente em S. João de Ponte, Concelho de Guimarães, faleceu no passado dia 2 de Abril de 1989, devido a cirrose hepática descompensada.

Sócio com 25 por cento

de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola aquando duma emboscada.

Deixa viúva a sr.ª Dona Camila Alves de Castro e 6 filhos.

ABÍLIO RODRIGUES, sócio n.º 11061, natural e residente em Pousaflores, Concelho de Ansião, faleceu no passado dia 21 de

Abril de 1989 devido a asfixia por submersão.

Sócio com 28,75 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Lisboa ao ser atingido pelo coice de um cavalo.

Deixa viúva a sr.ª Dona Lúcia das Neves e 3 filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios, apresentamos as nossas sentidas condolências.

AUTOMÓVEIS CITRÖEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
2 CV	677 913\$00	864 500\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	824 799\$00	1 094 000\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	862 664\$00	1 210 000\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	909 673\$00	1 265 000\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	948 134\$00	1 360 000\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	999 416\$00	1 370 000\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 179 088\$00	1 679 970\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 670 000\$00
AX 14 TZS 3 PORTAS	972 484\$00	1 495 000\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 028 039\$00	1 560 000\$00
C 15, FAMILIAR	991 079\$00	1 460 000\$00
C 15, CARGA	1 003 794\$00	1 178 590\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P1	1 567 971\$00	2 559 510\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P2	1 696 681\$00	2 710 100\$00
BX 16 TRS PACKAGE 1	1 481 390\$00	2 458 210\$00
BX 16 TRS PACKAGE 2	1 541 595\$00	2 528 650\$00
BX 14 RE	1 301 544\$00	1 880 000\$00
BX 11	1 174 630\$00	1 575 000\$00
BX 19 GT 16 V	2 246 125\$00	4 950 000\$00
BX 19 TRD PACKAGE 1	1 570 452\$00	4 159 619\$00
BX 19 TRD PACKAGE 2	1 695 753\$00	4 306 221\$00
BX 19 TRD PACKAGE 3	1 871 837\$00	4 512 340\$00
BX TRD TURBO PACKAGE 1	1 972 585\$00	4 464 630\$00
BX TRD TURBO	1 991 380\$00	4 486 620\$00
BX TRD TURBO PACKAGE 3	2 010 406\$00	4 503 880\$00

— A opção pela pintura metalizada, terá um adicional que varia entre os 12 contos e os 52, conforme o modelo.

— Os sócios interessados em Citroën, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12.30 h. às 14 h. através dos Telef. 3462167 e 8595016 após as 19 horas.

Viaturas OPEL

MODELO CORSA	PREÇO BASE	P.V.P.
SW 1.0S 3P	796 740\$00	1 086 245\$00
SW 1.2ST 2P	889 940\$00	1 293 241\$00
SW 1.2ST 3P	867 640\$00	1 267 150\$00
SW 1.2ST 4P	922 340\$00	1 331 149\$00
SW 1.2ST 5P	926 840\$00	1 336 414\$00
GL 1.2ST 3P	920 640\$00	1 329 160\$00
GL 1.2ST 3P (5 vel.)	932 640\$00	1 343 200\$00
GL 1.2ST 4P	968 540\$00	1 385 203\$00
GL 1.2ST 4P (5 vel.)	980 540\$00	1 399 243\$00
GL 1.2ST 4P (super)	1 026 640\$00	1 453 180\$00
GL 1.2ST 5P (super)	1 012 940\$00	1 437 151\$00
GT 1.3SB 3P	1 077 140\$00	1 579 218\$00
GSI 1.6I 3P	1 306 840\$00	2 278 147\$00
MODELO DIESEL		
SW 1.5D 4P	1 135 840\$00	1 812 569\$00
SW 1.5D 5P	1 137 640\$00	1 814 675\$00
GL 1.5D 5P (Turbo)	1 307 640\$00	2 013 575\$00
GT 1.5TD 3P (Turbo)	1 373 540\$00	2 090 678\$00
MODELO KADETT		
LS 1.2S 3P	1 090 490\$00	1 528 440\$00
LS 1.2S 5P	1 134 990\$00	1 580 505\$00
LS 1.3S 3P	1 154 690\$00	1 670 507\$00
LS 1.3S 4P	1 243 590\$00	1 774 520\$00
LS 1.3S 5P	1 199 990\$00	1 723 508\$00
GL 1.3S 3P	1 302 590\$00	1 843 550\$00
GL 1.3S 4P	1 359 790\$00	1 910 474\$00
GL 1.3S 5P	1 315 390\$00	1 858 526\$00
GL 1.6S 4P	1 543 090\$00	2 555 115\$00
LS 1.6D 4P (Diesel)	1 440 390\$00	2 435 377\$00
KADETT LUXO		
GL 1.3S 4P	1 551 090\$00	2 134 295\$00
GL 1.3S 5P	1 506 690\$00	2 082 347\$00
KADETT CARAVANS		
LS 1.3S 5P	1 360 000\$00	1 896 464\$00
GL 1.6S 5P	1 580 000\$00	2 584 043\$00
LS 1.6D 5P	1 480 000\$00	2 467 465\$00
OPEL VECTRA		
GL 1.4NV 4P	1 542 700\$00	2 205 180\$00
GL 1.4NV 5P	1 589 700\$00	2 260 170\$00
GL 1.6SV 4P	1 713 500\$00	2 756 080\$00
GL 1.6SV 5P	1 760 500\$00	2 811 070\$00
GLS 1.6SV 4P	1 836 600\$00	2 900 107\$00
GLS 1.6SV 5P	1 883 600\$00	2 955 097\$00
DIESEL		
GL 1.7D 4P	1 886 800\$00	3 005 805\$00
GL 1.7D 4P (metalizado)	1 926 400\$00	3 055 647\$00
MODELO OMEGA		
Omega GLS 2.0I 4DR (Met.)	2 466 400\$00	5 328 103\$00
Omega GLS 2.0I 4DR (Met.) Tecto Abrir	2 576 400\$00	5 456 803\$00
Omega GLS 2.0I 4DR (Met.) Ar Condic.	2 699 800\$00	5 601 181\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Sol)	2 012 100\$00	6 859 797\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Met.)	2 056 800\$00	6 912 096\$00
Omega GLS Caravan (Met.)	2 573 700\$00	5 453 644\$00
Omega GLS Caravan (Met.) Tecto Abrir	2 683 700\$00	5 582 341\$00
Omega GLS Caravan (Met.) T. Abr. Ar. Con.	2 917 100\$00	5 855 422\$00

Alguns dos preços aqui apresentados, não contemplam as cores metalizadas, mas, se for essa a sua opção, os preços variam entre os 17 300\$00 e 44 700\$00 conforme o modelo.

Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12h30 às 14h00, através dos Telefones 3462167 e 8595016, após as 19h30.

PLANO NACIONAL DE REABILITAÇÃO — 7

Antes de retomarmos a análise do PNR, uma chamada de atenção para a transcrição integral, nas páginas 2 e 4 do «ELO» de Maio passado, da «Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação das Pessoas com Deficiência» (Lei 9/89, de 02-05-89), documento cuja utilidade e aplicação, no entanto, está dependente da publicação da respectiva regulamentação.

Retomemos, então, o PNR no seu código 2 (Integração sócio-educativa). Sabendo-se que, por um lado, ao nível de sino regular, a preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa carece de recursos, e que, por outro, ao nível das instituições de educação especial, embora o desenvolvimento de estruturas de preparação pré-profissional se tenha revelado como resposta globalmente positiva, necessita, porém, de ser enquadrada no âmbito de outras respostas de continuidade, propõe-se — 2.6 — o desenvolvimento de medidas tendentes a facilitar a «transição para a vida activa dos jovens com deficiência», com vista a, também, facilitar a sua integração sócio-profissional. E para isso, o Ministério da Educação, sozinho ou em co-responsabilidade com o Ministério do Emprego e da Segurança Social, realizará os seguintes projectos: — 2.6.1 — Organização nas estruturas de ensino regu-

lar de meios para orientação escolar e profissional que tenham em conta as necessidades específicas dos alunos com deficiência (ME);

— 2.6.2 — Adaptação de currículos e de programa do ensino técnico e técnico-profissional às características dos diferentes tipos de deficiência (ME);

— 2.6.3 — Revisão dos programas de preparação pré-profissional desenvolvidos por instituições de educação especial (ME, MESS);

— 2.6.4 — Criação, no âmbito do sistema educativo, de serviços de transição para a vida activa dos jovens, responsáveis pela elaboração de Plano de Transição Individuais (ME, colaboração MESS), e

— 2.6.5. — Definição de um momento formal, na fase terminal do percurso educativo, para avaliação e orientação dos jovens com deficiência que frequentam estabelecimentos de educação especial, envolvendo as estruturas de educação, emprego e segurança social (ME, MESS).

Ao Ministério da Educação, na totalidade, caberão também vários projectos, tendo em conta que tanto na integração escolar dos alunos com deficiência como ao nível de educação especial, o ensino tem sido assegurado, na sua maioria, por professores não especializados, pelo que se tem que incrementar, — 2.7 — a formação geral e a formação específica de docentes, com a finalidade de melhoria da quali-

dade da prática pedagógica:

— 2.7.1 — Inclusão nos currículos de formação inicial de educadores e professores das Escolas Superiores de Educação de uma área disciplinar obrigatória de ensino especial e reabilitação, centrada nas várias tipologias de necessidades educativas especiais;

— 2.7.2 — Inclusão, nos currículos dos ramos educacionais dos cursos ministrados pelas Universidades e Institutos Uni-

versitários, de uma disciplina orientada para a compreensão do aluno diferente;

— 2.7.3 — Alargamento da capacidade formativa dos departamentos de educação especial das E.S.E. de Lisboa e do Porto e alargamento a outras E.S.E.;

— 2.7.4. — Criação de novas áreas de especialização, nomeadamente em intervenção educativa precoce e em multidificiência de deficiência mental profunda (em co-

laboração com o SNR);

— 2.7.5 — Organização de cursos de especialização em serviço, e

— 2.7.6 — Desenvolvimento das acções de formação permanente em necessidades educativas especiais, dirigidas a todos os docentes.

Atendendo a que as acções de educação especial são desenvolvidas quase exclusivamente por educadores e professores destacados e que a insuficiência de outro tipo de profissionais e de recursos

de critérios de afectação de docentes e de outros técnicos para a educação especial na rede de ensino público, particular e cooperativo, tendo em vista a sua estabilização por período considerado adequado do ponto de vista pedagógico:

— 2.8.2 — Alargamento dos meios afectos às Equipas de Ensino Especial, designadamente em:

- n.º de professores e educadores especializados;
- técnicos, psicólogos e terapeutas;
- recursos pedagógicos adaptados;
- espaços físicos e equipamento disponíveis dos estabelecimentos de ensino;
- facilidade de transporte que assegure a mobilidade dentro da área geográfica definida para a actuação das E.E.E., e

— 2.8.3 — Revisão das condições de funcionamento do Centro de Recursos para a Educação Integrada (CREI), rentabilizando a sua capacidade de concepção de ajudas técnicas e de produção de material pedagógico adaptado, de modo a responder às necessidades dos alunos integrados nos diferentes níveis e graus de ensino.

A finalizar este segundo objectivo intermédio do PNR — Integração sócio-educativa —, apresenta-se-nos a proposta — 2.9 —, «Gestão coordenada das acções de educação especial no âmbito do sistema educativo».

Se, por um lado, historicamente, a responsabilidade pela orientação da

educação especial tem sido partilhado entre o ME e a SESS, tendo tal situação dificultado a integração das acções de educação especial no sistema geral de educação, perpetuando a existência de um sistema paralelo, por outro, a necessidade de planeamento de respostas e de coordenação que assegure uma efectiva cobertura nacional das necessidades, implica que a educação especial seja considerada como uma componente dos diferentes níveis de gestão do sistema educativo. Daí, pretender-se, agora, uma melhor definição das normas gerais da educação especial, um planeamento integrado de recursos e uma coordenação de acções, sendo novamente, o Ministério da Educação responsável pela concretização das medidas necessárias:

— 2.9.1 — Adequação de meios que permitam ao ME coordenar eficazmente as acções de educação especial, no âmbito do sistema de ensino, de iniciativa pública, privada e cooperativa;

— 2.9.2 — Clarificação de competências entre o ME e a SESS em co-responsabilidade com o MESS);

— 2.9.3 — Integração dos serviços e estruturas de educação especial nos diferentes níveis de gestão do sistema educativo,

— 2.9.4 — Reorganização, a nível da Administração Central, do departamento de educação especial responsável pela definição das normas gerais, concepção, coordenação e fiscalização do seu cumprimento e aplicação. (Continua)



materiais aceitáveis tem comprometido, em muitos casos, a qualidade e extensão do atendimento prestado, esperando-se um alargamento da cobertura e melhoria da qualidade da prestação dos serviços de educação especial, propõe-se, em — 2.8 —, o «reforço dos recursos humanos e materiais afectos à educação especial», para o que o Ministério da Educação dará execução aos seguintes projectos:

— 2.8.1 — Definição



VISITAS DE ESTUDO DOS ALUNOS DE ALFABETIZAÇÃO

Para encerramento do período de aulas dos cursos de alfabetização, realizaram-se, durante o mês de Julho, várias visitas de estudo, das quais destacamos:

- Dia 13 — Jardim Zoológico;
- Dia 18 — Museu do Treje;
- Dia 19 — Planetário;
- Dia 20 — Castelo de S. Jorge;
- Dia 25 — Aquário Vasco da Gama e
- Dia 26 — Torre de Belém.

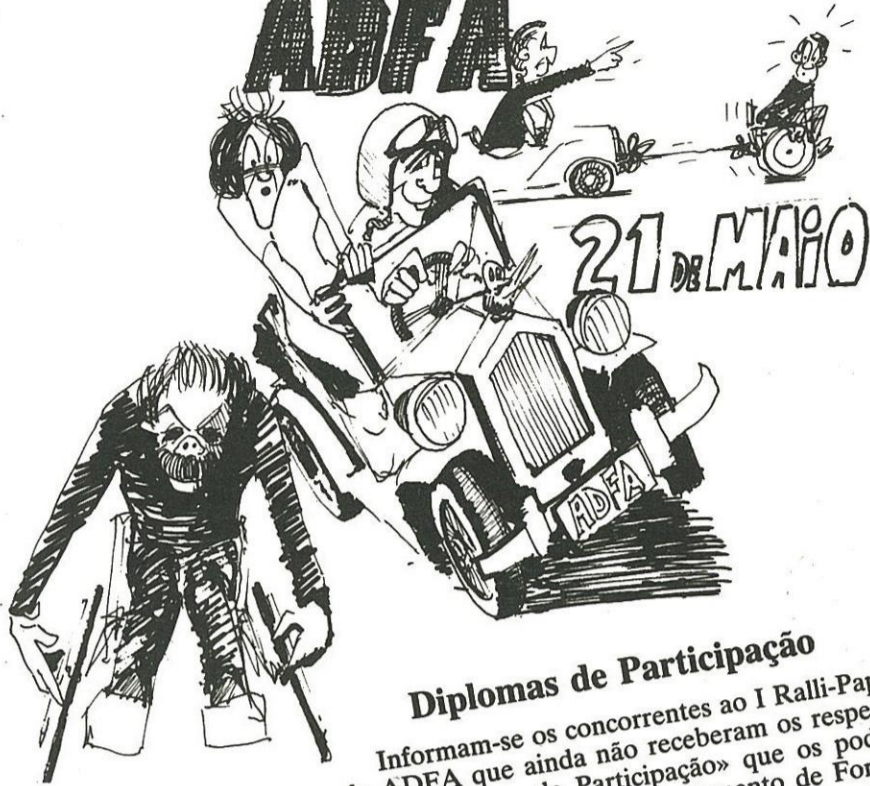
Melhor que palavras, as fotografias para recordação.



1º GRANDE RALLY-PAPER DA ADFA

ADFA

21 DE MAIO



Diplomas de Participação

Informam-se os concorrentes ao I Ralli-Paper da ADFA que ainda não receberam os respectivos «Diplomas de Participação» que os podem levantar, na Sede, no Departamento de Formação Profissional, dentro do horário normal de expediente.

META

* PONTO DE ENCONTRO

O sócio Armando Maria Garcia (3039), de que transcrevemos recordações de Moçambique no «ELO» de Maio, voltou a escrever ao «Ponto de Encontro», reforçando e complementando aquelas impressões, memórias dolorosas que a tantos afectam e que, por vezes, se torna imperioso repartir com aqueles que viveram circunstâncias semelhantes.

Compartilhemos, pois, com o Armando:

«...Logo no início caíhou à minha secção picar a picada. Eu e o «Peniche», quando fomos rendidos, fomos para a Berliet que ia na frente, mas

eu tice receio de os meus companheiros não detectarem alguma mina e ela rebentar no primeiro carro, e então fomos para o último carro, que era um Unimog a gasolina. Quando acordei, estava no Miguel Bombarda, em Lourenço Marques, que hoje é Maputo. Quando vi a saber do caso chorei, e vi o que era a amizade que nós tínhamos um pelo outro. Primeiro chorámos os dois pelo Joaquim Marcelino, depois fui em sozinho a chorar pelos dois.

E para matar os desgostos comecei a beber, que ia dando em alcoólico. Se não fossem certas palavras amigas já tinha deixado este mundo. Mas essas palavras e carinho que me deram depois de homem feito, fizeram que eu deixasse de beber e ver a vida de outra maneira.

Mas se começo a recordar coisas do meu passado, tudo me leva a estes dois grande e sinceros amigos que não posso esquecer.

Nessa mina ficaram lá quatro jovens e têm de ser deficientes das Forças Armadas.

Tenho feito o possível a ver se não recordo muito o passado.

Armando Maria Garcia
(sócio 3039)

Nota: esta carta já devia ter sido publicada no «ELO» de Junho, só não o sendo por absoluta falta de espaço. No entanto, porque ela corresponde a um dos grandes objectivos desta rubrica, não queremos deixar de a trazer até aos nossos leitores, pedindo desculpa ao nosso associado pelo atraso.

DESPORTO

DESPORTO
DESPORTO
DESPORTO

Quási em véspera de férias, com o calor a apertar, poucas são já as manifestações desportivas que se organizam, com excepção, claro das de «desportos de Verão». No entanto, integrada no 1.º Encontro Distrital de Deficientes (Leiria), realizou-se, em Pedrógão Grande e no dia 22 de Julho, uma jornada desportiva em que participaram representações da APD/Sintra, da ADFA/Sede e deficientes daquela localidade.

Na prova de estafeta, em que ADFA ficou em segundo depois dos atletas de Sintra e antes dos de Pedrógão Grande, alinharam os nossos associados António Vilarinho, Vítor Borges, Manuel Borges e Cândido Sá.

No jogo de basquetebol, em que se verificou um empate, embora com vitória atribuída à ADFA, participou, em cada uma das equipas (nossa e APD/Sintra), um deficiente de Pedrógão Grande, num espírito de demonstração e colaboração extremamente interessante.

Foi a seguinte a nossa constituição: Manuel Borges, Assumane Casamé, Cândido Sá, Vítor Borges e António Vilarinho. Num resultado de 21-21, Manuel Borges foi o melhor marcador, tendo, por isso, recebido o respectivo troféu.

Os nossos representantes, para além da Taça de 1.º no basquete, trouxeram, individualmente, medalhas conforme a classificação em cada uma das modalidades.

Embora para além do âmbito puramente «des-

portivo», mas porque nos parece de bastante interesse, permitam-nos fazer uma referência mais detalhada das razões e resultados deste.

1.º Encontro Distrital de Deficientes (Leiria)

— Objectivos:

1.º A afirmação pública da Delegação Distrital de

4.º Recomendar às Câmaras Municipais do Distrito para que tenham em conta as barreiras arquitectónicas e outros obstáculos inerentes aos deficientes.

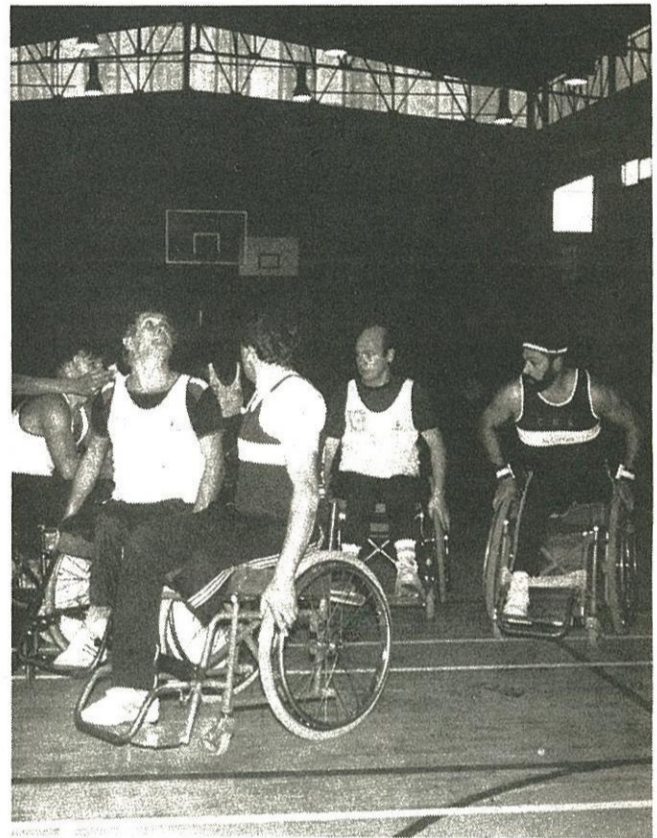
— Conclusões (em relação às autarquias):

- Aprofundar e alargar o diálogo a todos os níveis e sensibilizá-las para a criação de um «Gabinete» para o trabalho junto dos deficientes;

- Recolher apoios para iniciativas desportivas, culturais, recreativas e associativas;

- Estabelecer protocolos de utilização de infra-estruturas desportivas e culturais;

- Exigir a eliminação das barreiras arquitectónicas;



Leiria da Associação Portuguesa de Deficientes;

2.º Unir todos os deficientes em torno de um projecto comum;

3.º Que seja formada uma Comissão com elementos de todos os organismos de e para deficientes do Distrito;

- Propôr a construção de habitação social adaptada aos deficientes;

- Obter transporte público;

- Que seja reservada, na admissão de pessoal, uma quota para deficientes.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

UISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
TERÇAS:	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUARTAS:	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUINTAS:	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues	9.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H.

SEDE

CLÍNICA GERAL	Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUIATRIA	Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA	dr.ª Paula Frazão	De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h.
STRESS DE GUERRA	Dr. Afonso de Albuquerque (psiquiatra)	Consultas
	dr.ª Edite Saraiva (Psicóloga)	Terças e quintas-feiras — 17 às 19 h.

As consultas efectuam-se todas no consultório médico da sede.

As marcações são feitas no DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8

As consultas com o Dr. Afonso de Albuquerque só se efectuarão depois de consulta com a Dr.ª Edite Saraiva, que poderá encaminhar o paciente se este assim o desejar para psicoterapia de grupo.

As consultas de sábado efectuam-se na própria Delegação, obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.

NOVA SEDE NACIONAL EM MARCHA

TERRENO CEDIDO — OBRA COMEÇA...

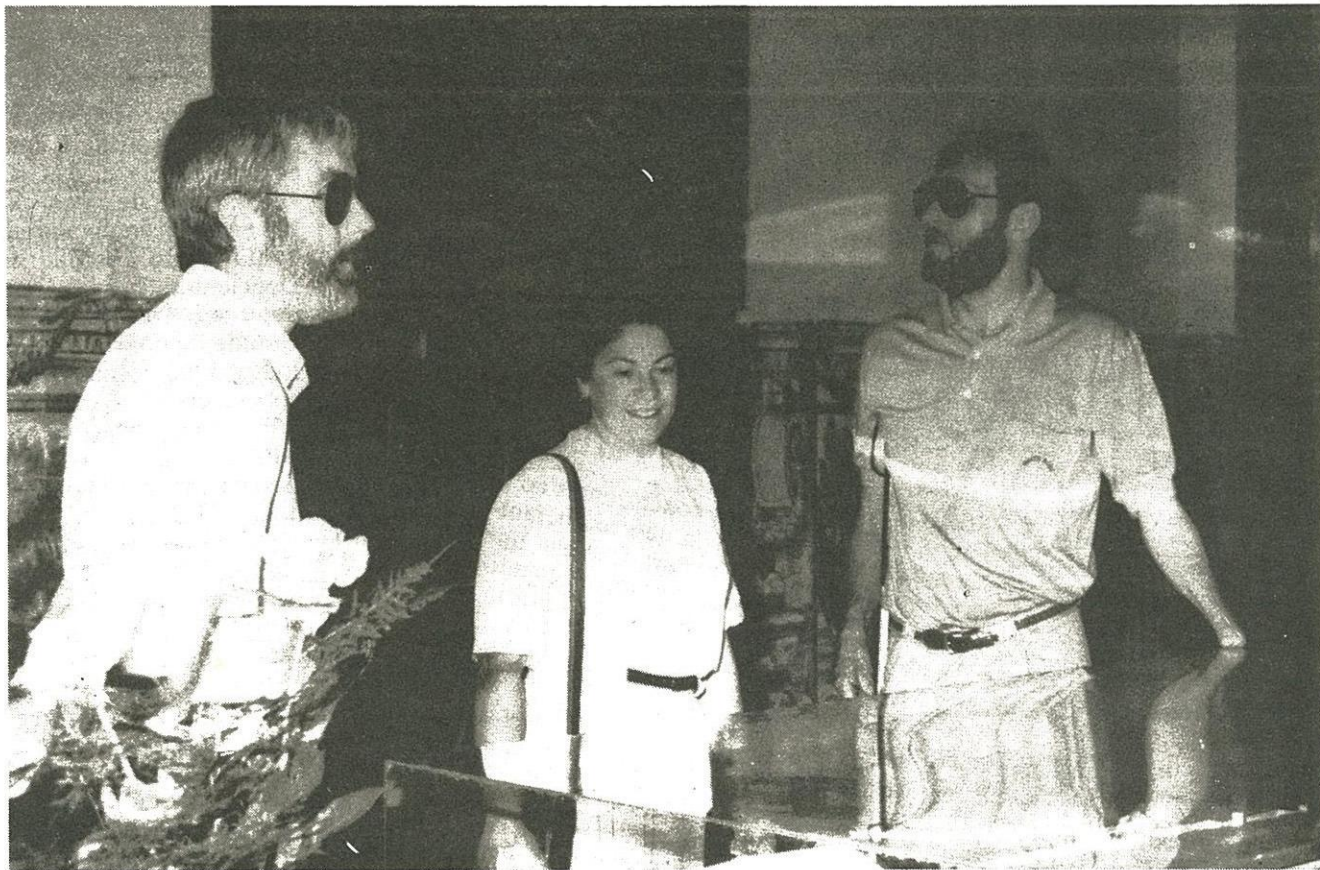
Apenas este mês, a referência a três factos — mas que factos —, relacionados com a construção da nova Sede social.

Conforme uma primeira indicação em «Agenda», estiveram na Sede, a ver a maquete do novo edifício e a tratar com a Direcção Central e com os técnicos, dois responsáveis da Câmara Municipal de Lisboa, cujo empenhamento pessoal, dedicação e boa-vontade nunca será de mais realçar, na consciência plena de que sem o seu trabalho e interesse muito haveria ainda por fazer e muito mais atrasado estaria o processo desta obra. São eles a dr.ª Rosa Maria Sampaio, assessora da área para os deficien-

tes do presidente, eng.º Krus Abecasis, e o dr. Ilídio Dinis, da Direcção de Serviços de Urbanização.

De todos os contactos e reuniões havidas sabe-se que várias alternativas vão ser postas quanto à forma de cedência do terreno à ADFA, em próxima Assembleia Municipal, sendo possível que uma delas seja a venda simbólica à Associação, o que permitiria o pleno direito ao mesmo.

Entretanto, e este é outro facto, é que se encontra já formalizado o pedido «técnico» ao general Director da Arma de Engenharia, general Providência e Costa, no sentido de ser possível iniciar já em Agosto, prolongan-



do-se em Setembro, os trabalhos de «regularização do terreno e escavações da cave».

Recorde-se, também que foi lançado concurso limitado para a empreitada — 1.ª fase (fundações e estrutura), devendo as propostas recebidas serem analisadas ainda durante o corrente mês.

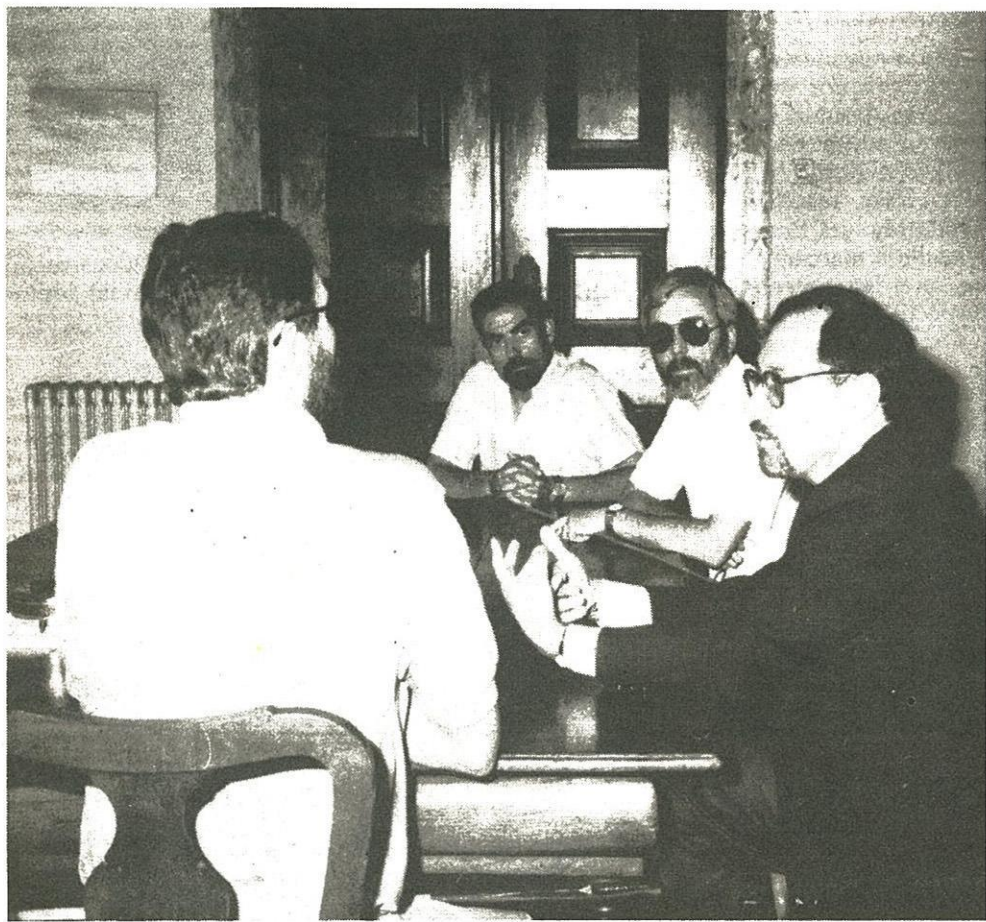
Finalmente, a nomeação para breve da «Comissão Nacional para Angariação de Fundos», devendo a mesma estar pronta a trabalhar «em pleno» logo que terminadas as férias e contactadas as Direcções de Delegação agora eleitas.

No entanto, se algum sócio estiver interessado em efectuar já a sua contribuição, poderá/deverá contactar previamente a Sede, Delegações ou Núcleos, a fim de o fazer conforme norma reguladora geral, referente à respectiva escrituração e de molde a ELO poder, em cada mês, informar do andamento da campanha.

Se o associado, mas só o associado, preferir fazer depósito directo (e nesse caso agradece-se o

envio, para a Sede, de uma fotocópia do talão), já dispõe de uma conta ADFA/NOVA SEDE, à sua disposição. É ela a n.º 0698/012769/830, CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS (Rossio/Lisboa).

Quanto a outros contribuintes, quer individuais quer entidades colectivas (e sabemos que muitos o querem ser), será aberta, também, uma conta própria em breve, esperando-se poder já divulgar o seu Banco e número em Setembro.



ÚLTIMA HORA

Em sessão camarária de ontem, 24 de Julho, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou autorizar o «direito de superfície» do terreno onde será construída a nova Sede Nacional da ADFA, por 50 anos; prorrogação em novos períodos de 35 anos.

